Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 28 de novembro de 2016

Ata N.º 28

No dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2017;

PONTO TRÊS – Derrama – Taxa a aplicar em 2017;

PONTO QUATRO – Participação variável no IRS para 2017;

PONTO CINCO – Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020;

PONTO SEIS – Mapa de pessoal para o ano de 2017;

PONTO SETE – 3ª. Revisão ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019;

PONTO OITO – Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo;

PONTO NOVE – Autorização prévia nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso);

PONTO DEZ – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;

- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sra. Carina Sofia Tomé de Matos;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Ricardo Miguel Farinha Lopes;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sr. Tiago Miguel Neves da Silva Machete;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sr. Marco Alexandre Ferreira Lopes.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino do PS**, justificou ausência à sessão por motivos pessoais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que se encontrava presente.
- **Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira do PS**, justificou ausência à sessão por motivos pessoais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** que se encontrava presente.
- **Sr. José Carlos Matias de Sousa do PS**, justificou ausência à sessão por motivos profissionais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tiago Miguel Neves da Silva Machete** que se encontrava presente.
- **Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão do PS**, justificou ausência à sessão por motivos de saúde tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Farinha Lopes** que se encontrava presente.
- **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião da CDU**, justificou ausência à sessão por motivos pessoais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente.
- **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos da CDU**, justificou ausência à sessão por motivos profissionais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira** que se encontrava presente.
- **Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra da CDU**, justificou ausência à sessão por motivos de saúde tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU**, justificou ausência à sessão por motivos de saúde de filho menor tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU,** Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo justificou ausência à sessão por motivos pessoais, fazendo-se substituir pela **Sra. Carina Sofia Tomé Cardoso**, Secretária da Junta, que se encontrava presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE**, justificou ausência à sessão por motivos profissionais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Marco Alexandre Ferreira Lopes** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Srs. Pedro Miguel da Silva Pereira, Ricardo Jorge de Oliveira Marques, Tiago Miguel Neves da Silva Machete** e **Ricardo Miguel Farinha Lopes do PS, Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** e **Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira da CDU** e **Sr. Marco Alexandre Ferreira Lopes do BE** que após juramento de honra e assinadas as respetivas ata, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa duas Saudações, uma do BE e uma da CDU, duas Moções, uma do PS e uma da CDU, e um Voto de Pesar da CDU.

Saudação BE *"Dia Internacional dos Direitos da Criança"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta Saudação, alguma questão?

Sobre esta proposta?

Não?

Sim, há um pedido de intervenção da parte do Partido Socialista, Bruno Grazina por favor."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me cumprimentar na sua pessoa todas e todos os presentes.

Queria apenas secundar aqui a intervenção do Bloco, dizendo que os documentos que foram apresentados como forma para saudar, são documentos que positivam os direitos inalienáveis à condição da pessoa humana e especificamente da criança. Foram referidas uma série de medidas que achamos absolutamente fundamentais, para que possamos concretizar em medidas esses mesmos direitos que achamos que são inalienáveis e por esse motivo a Bancada do PS irá votar favoravelmente a Moção do Bloco."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra agora pela bancada da CDU Ana Filipa Sobral, por favor."

A **Sra. Ana Filipa Sobral da CDU:**

"Muito boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Para dizer que a Saudação do Bloco poderá não ser no nosso vocabulário, na nossa maneira de redigir, mas que votamos favoravelmente e também salientar que mesmo o Município de Palmela tem um protocolo com a Unicef que ressalva todos estes direitos da criança.

Portanto, para dizer que votaremos favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem obrigada.

Mais alguma intervenção sobre esta Moção?

Tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, cumprimentando na pessoa da Sra. Presidente todos os presentes.

Referir que nós estamos de acordo com os termos da Moção, saudar o Dia Internacional dos Direitos da Criança, a Declaração dos Direitos da Criança, a Convenção, e exortar o Estado Português, agora obviamente não vamos votar a favor devido aos considerandos que os senhores elementos do Bloco de Esquerda aqui colocaram. Pois se é verdade que houve as medidas de austeridade, se é verdade que todos os portugueses, repito todos os portugueses, com algumas pequenas exceções, foram e viram os seus rendimentos reduzidos devido à austeridade, a verdade é que isso veio devido ao facto do país estar sobre um resgate financeiro e enquanto os senhores se esquecerem de parte da história e quiserem reescreve-la à vossa maneira é obvio que nós não podemos votar favoravelmente.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Não havendo mais intervenções vamos votar então."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Moção PS *"Dia Internacional pela Eliminação da violência contra as Mulheres"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Coelho** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos colocar à discussão, mas eu pergunto entretanto se a CDU quer apresentar, isto é desculpem, se não houver questões e se for apenas para eventualmente os Srs. Membros se pronunciarem sobre o sentido de voto, nesse caso eu daria eventualmente a palavra à CDU para apresentação da sua Moção uma vez que é sobre o mesmo tema e depois votávamos as duas eventualmente.

Tem a palavra o Sr. Membro Fernando Coelho."

O **Sr. Fernando Coelho:**

"Sra. Presidente, eu já tive oportunidade de ler a Moção da CDU, portanto nós estamos plenamente de acordo também com o texto da Moção da CDU, o que nós propúnhamos era em caso de aceitação que ambas as Moções se fundissem e fosse criando uma única Moção nesta Assembleia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Se a CDU estiver de acordo.

Mas vamos ler, não é?

Dou a palavra à CDU, boa sugestão."

Saudação CDU *"25 Novembro – Dia Internacional para a Eliminação de todas as forma de violência contra as Mulheres"*

Tomou a palavra a **Sra. Ana Filipa Sobral** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção do PS e Saudação da CDU foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Agora sim pergunto então a todos os Srs. Membros da Assembleia se querem usar da palavra sobre estas Moções, ou se aceitamos.

Antes disso então tem a palavra o Bloco de Esquerda, por favor, Sr. Membro Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nós na bancada do Bloco de Esquerda, naturalmente, vamos votar favoravelmente as duas Moções, tanto a do Partido Socialista como a da CDU.

Dar nota de que, ainda este ano, foi aprovada no debate da especialidade do Orçamento de Estado e parece-me não ter sido referido, nem no texto da CDU, nem no texto do PS, que foi aprovado na especialidade a isenção de custas judiciais para os crimes de violência doméstica para o ano de dois mil e dezassete, e isso é uma proposta do Bloco de Esquerda.

Só dar esta nota que estaremos ao lado das Moções, tanto da CDU como do PS e aceitamos com agrado estas Moções."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Tem a palavra pela parte do PSD/CDS, Carlos Vitorino por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Era para referir-lhe que, de facto, estão as duas Moções bem elaboradas e estamos obviamente de acordo com elas.

Votaremos favoravelmente, separadamente ou em conjunto se assim o entenderem, e, de facto, há aqui depois também algumas sugestões se quiserem para a junção das mesmas, porque também é necessário saber como é que as vão juntar.

Aliás, aqui eu tinha uma observação a fazer na Moção da CDU, que era: "*desta forma, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Palmela*.", portanto teria que ser colocado como é óbvio no plural.

Para terminar apenas referir que está aqui um exemplo de três Irmãs Dominicanas, que foi o que deu origem ao dia, assassinadas por um ditador sul-americano e é sempre bom relembrar e não esquecer as ditaduras que houveram e que ainda hoje existem na América Latina e no Mundo, e para finalizar dizer que pela primeira vez nesta Assembleia Municipal vamos ter uma votação unanime sobre o dia vinte e cinco de novembro.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Pergunto à CDU e ao PS se querem manter a posição inicial e trabalharem numa Moção conjunta, ou seja nós vamos votar as duas Moções e a CDU e o PS comprometem-se a fazer das duas Moções, com os textos que aqui estão, uma Moção.

Então vamos votar."

Submetida a Moção do PS a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Submetida a Saudação da CDU a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Moção CDU *"Solidariedade para com os trabalhadores da Herdade de Rio Frio"*

Tomou a palavra o **Sr. Manuel Lagarto** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora dou a palavra novamente à CDU, mas para uma Moção de Solidariedade para com os trabalhadores de Rio Frio.

Quem vai apresentar?

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, faz favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta Moção apresentada pela CDU?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Senhoras e Senhores, nós entendemos que é importante, se não fundamental mesmo, tomar posição pública sobre esta matéria e acho fundamental também que esta Assembleia se manifeste estando do lado dos trabalhadores.

Estas guerras entre trabalhadores, credores e devedores culminam sempre com a parte mais fraca, os trabalhadores, a serem prejudicados isto é inaceitável no estado de direito democrático.

É lamentável que desta situação tenham surgido casos dramáticos de famílias que têm subsistido apenas com a ajuda vinda de proveitos da agricultura da Herdade e da caridade de outros trabalhadores. Repito é inaceitável e o PS não pode ignorar esta situação e por isso iremos logicamente votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"O Bloco de Esquerda, naturalmente, votará a favor desta Moção e fazemos daqui um apelo ao Sr. Presidente da Câmara para que possa também intervir fazendo pressão junto das entidades, neste caso envolvidas no processo que são os credores e a Herdade de Rio Frio, para que de algum modo se consiga desbloquear esta situação que, naturalmente, quem mais sofre são os trabalhadores desta Herdade.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra agora o PSD/CDS."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora referir que, como é óbvio, subscrevemos e manifestamos inteira solidariedade para com os trabalhadores da Herdade e suas famílias e quanto à questão dos responsáveis diretos pela situação atrás referida, o esclarecimento que eu pedia à Bancada da CDU é como é que está neste momento a situação e quem é fundamentalmente os responsáveis diretos? Até porque se será a entidade patronal, tem a ver com credores, para sabermos também como é que se pode pressionar, exatamente, gostávamos só deste esclarecimento se fosse possível."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra a CDU, por favor."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Este problema, de facto, arrasta-se há muito tempo. Este problema dos trabalhadores há que também referir aqui, estamos de acordo com as intervenções das Bancadas mas, fundamentalmente, é uma questão sindical mas que não invalida que nós possamos tomar, e devamos tomar, solidariedade com estes trabalhadores.

Portanto a questão que se põe é, atualmente, os trabalhadores, são vinte cinco trabalhadores com o seu agregado familiar anda em média de cinquenta a sessenta pessoas, que são atingidas por este processo têm atraso o subsídio de férias de dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, têm também o subsídio de Natal de dois mil e quinze e naturalmente caminha rapidamente para dois mil e dezasseis também.

A Assembleia de Credores que são vários, mas o principal credor é o BCP, onde garantiu que iria ser pago aos trabalhadores as dívidas, hoje deram para trás diz que não que não paga e o problema está assim.

Os trabalhadores têm lutado, vão continuar a lutar e já agora dar informação que no próximo dia trinta os trabalhadores com o Sindicato representativo dos trabalhadores se deslocarão a Lisboa, à sede do principal credor, para discutirem esta matéria e o que é importante um gesto ótimo de solidariedade, que é o autocarro da Câmara Municipal. Não há dúvida que os trabalhadores hoje vivem numa situação muito complexa, dificuldade de sobrevivência e a solidariedade entre eles e particularmente uma característica antiga daquela unidade em que aquilo que se chama um bocadinho de terreno que cada um tem é assim que eles se vão alimentando e se vão ajudando uns aos outros.

Mas não posso de deixar de não pôr aqui uma questão que é importante, nós quando trazemos isto à Assembleia Municipal, e levaremos a todo o lado e demostraremos a nossa solidariedade, mas trazemos isto numa base orgânica e de perspetiva de solidariedade e não de oportunismo, porque nós conhecemos o que já se anda aí a falar sobre essa matéria. Não é um problema que se possa responsabilizar como há quem diga a própria Câmara a assumir esta responsabilidade, isto é um problema entre a entidade patronal neste caso a base, os credores, com os trabalhadores vão ter a resposta adequada e vão ter a solidariedade pelo menos séria da nossa Bancada, da Bancada da CDU.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS, a Sra. Membro Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Já agora, só uma pequena informação caso saibam. No âmbito do processo foi acionado o Fundo de Garantia Salarial? Não podia ter sido? Ou o que é que se passou?

Vai ser acionado o Fundo de Garantia Salarial, que é a substituição e depois se a Empresa estiver em insolvência ou noutro caso, depois a massa insolvente pagará ao Fundo de Garantia Salarial o dinheiro que o Fundo de Garantia antecipou.

Portanto eu acho que é uma das coisas a fazer, não só para garantir os direitos dos trabalhadores mas para poderem subsistir caso seja possível acionar o Fundo de Garantia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, penso que estamos em condições de votar esta Moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Voto de Pesar CDU *"João Carreira"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Baião** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela.

Pergunto se alguém quer acrescentar alguma coisa?

Tem a palavra Bruno Grazina da parte do Partido Socialista."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Muito conciso nesta intervenção queria apenas secundar este Voto de Pesar proposto pela CDU dirigindo em nome da Bancada do Partido Socialista as mais sentidas condolências à família e às instituições e dizendo que vamos logicamente votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Então votamos."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação as minutas das Atas Números Vinte e Três, Vinte e Quatro e Vinte e Cinco, datadas de vinte e nove de fevereiro, vinte e oito de abril e doze de maio de dois mil e dezasseis, respetivamente, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido

previamente distribuídas. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Bem, quanto à ata do dia vinte cinco de novembro de dois mil e quinze, há uma parte da minha intervenção, em que não é audível, eu recordo a intervenção.

Pergunto se posso fazer chegar depois por escrito o pedido de alteração sem prejuízo de aprovarmos aqui essa mesma ata."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, pode e deve sim senhor.

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Há aqui uns erros nomeadamente de datas quer na ata de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis na minha intervenção, em todo o caso eu penso que estes erros eu poderei enviá-los por e-mail, porque são erros de português.

Posso enviar por e-mail? A não ser que queiram que eu diga agora as alterações que proponho."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu sugeria que mandasse por e-mail, isto é não há nenhum sentido diferente na alteração não é?

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É uma questão de data que refere o ano de dois mil e dezasseis e é de dois mil e quinze e depois há aqui umas questões de português, mas que eu posso enviar por e-mail."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Que são de pormenor e que são de português, não é?

Portanto não alteram o conteúdo?

Podemos votar à mesma as atas, não é?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na primeira irei abster-me porque não estive presente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ok! Muito bem e é mais fácil assim registar as alterações e fazer as devidas correções."

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação as atas:

A Ata número vinte e três, de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE)

A Ata número vinte e quatro, de vinte e oito de abril de dois mil e dezasseis, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE)

A Ata número vinte e cinco, de doze de maio de dois mil e dezasseis, foi aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e uma abstenção do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto vamos imediatamente para o nosso ponto primeiro da nossa ordem de trabalhos e eu dou…, esqueci-me de uma coisa, desculpem!

É no período antes da Ordem do Dia, eu devo de perguntar aos Srs. Membros da Assembleia se alguém quer colocar alguma coisa para além das questões abordadas nas Moções.

Eu ia era fazer um pedido, que nós hoje temos que respeitar a nossa hora, temos uma hora para este ponto e portanto neste momento faltam vinte minutos para este ponto, vinte minutos para tudo.

Quem é que vai desejar intervir?

Partido Socialista, Bloco de Esquerda, PSD/CDS, muito bem, a CDU não?

Muito bem então dou a palavra ao PS."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Boa noite a todos, muito obrigada Sra. Presidente.

Antes de mais deixe-me apresentar-lhe os meus cumprimentos, bem como aos restantes membros dessa nossa Mesa da Assembleia, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos caros Colegas da Assembleia, aos Técnicos hoje aqui em exercício de funções, ao Público que está a assistir a esta sessão e quero cumprimentar também Jornalistas presentes não entendendo porque é que não foi disponível, mas se calhar não entenda a Assembleia que não seja necessário, mesas para que os Jornalistas possam exercer melhor a sua atividade porque assim, provavelmente, nós deixaríamos de ouvir alguns Membros da Assembleia dizendo que os Munícipes do Concelho de Palmela não são suficientemente informados do que acontece nesta Assembleia.

Eu quero recordar que todos nós concordamos que a Assembleia da República é a casa mãe da democracia portuguesa, também as Assembleias Municipais são a casa mãe de cada concelho e não é pelo facto de haver uma maioria absoluta de uma mesma força partidária e de Jerónimo de Sousa dizer que as maiorias absolutas são o rolo compressor que não escuta nem ouve ninguém, que esta Assembleia deixa de ter menos interesse, se efetivamente entendermos o que é a Democracia.

Eu aproveitei a oportunidade antes do período da Ordem de Trabalhos, hoje, para colocar não são duas questões, falar sobre dois assuntos que eu entendo que fazem falta ao concelho. E o primeiro refere-se ao termos um concelho cada vez mais atrativo e competitivo, são referências que não serão estranhas há Bancada da CDU. No meu entender, a necessidade do concelho ter um Pavilhão Municipal de Exposições, onde se pudesse promover e apoiar o desenvolvimento económico do concelho e onde as empresas e produtores do nosso concelho pudessem apresentar de uma forma regular os seus produtos e serviços, bem como dinamizar as potencialidades turísticas do concelho.

Muitos concelhos do nosso País fizeram esse investimento e todos garantem que foi das melhores opções com retorno para o seu município, não será um grande investimento para o Município de Palmela e a sua construção poderia submeter-se a uma candidatura dos Fundos Comunitários 2020.

Outra questão é como criar os meios para fixar nos seus tempos de lazer os nossos jovens do concelho. Procuram atrair agentes económicos de diversão noturna a instalarem-se em zonas industriais do seu Concelho. Custa-me ver os nossos Jovens do Concelho que gostam de se divertir, terem de se deslocar para outros Concelhos para o poderem fazer, particularmente aos fins de semana à noite. Normalmente encontram-se nos Fóruns Comerciais das redondezas e daí seguem para outros pontos onde há diversão. Vão para concelhos que têm resolvido estas preocupações de fixar os seus jovens e atrair outros para o seu território.

Como fazem esses concelhos? Procuram atrair agentes económicos de diversão noturna a instalarem-se em zonas industriais do seu concelho, sem impacto ambiental e sonoro para as populações locais respetivas.

Por exemplo, no nosso concelho que tem no Pinhal Novo uma grande população na faixa etária jovem, há condições, por exemplo, na Zona Industrial do Terrim para se instalarem agentes de diversão noturna tipo Discoteca, até mesmo em edifícios de empresas infelizmente já encerradas. Assim também os nossos jovens e menos jovens de Poceirão, Marateca, Quinta do Anjo ou de Palmela não teriam de se deslocar ao fim de semana para Setúbal, Montijo, Seixal ou outras localidades e mesmo até para Lisboa.

Por exemplo, se qualquer um de vocês for à Zona Industrial de Santa Marta de Corroios, no Seixal, podem ver dezenas de jovens do nosso concelho a divertirem-se lá aos fins de semana à noite, já para não falar de "*Cachaças"* e outras nas redondezas. Desta forma eles ficariam a divertir-se no nosso concelho para maior descanso dos seus familiares e o mais importante contribuiria para fixar os nossos jovens do concelho depois de constituírem a sua própria família.

Às vezes pensamos que eles se vão embora por razões de estudos superiores ou por motivos de trabalho, não vão-se embora porque a maioria dos casos por lá encontraram a sua cara-metade e por lá ficaram.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Passo a palavra agora ao Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente.

A minha questão é diretamente ao Sr. Presidente e tem a ver com o seguinte:

A linha do comboio serviu ao longo dos tempos, e serve atualmente, para ligar populações de uma região de um país e às vezes até de um continente. No caso do Pinhal Novo ela divide a vila em duas partes, e neste momento os poucos pontos de passagem que existem apresentam-se como obstáculos a uma grande parte da população, nomeadamente as que têm dificuldades em se deslocarem.

Isto passa-se porque neste momento e já desde, segundo relato das pessoas que têm falado comigo, o dia vinte e três de julho deste ano que o elevador da estação dos comboios do Pinhal Novo está avariado o que leva a que muitas pessoas idosas, e não só, tenham que subir as escadas para conseguir ter acesso tanto ao lado sul como ao lado norte da estação.

Sr. Presidente, eu sei que a estação não é domínio em que a Câmara se possa debruçar, trata-se de um edifício propriedade da Empresa Infraestruturas de Portugal, no entanto como representante máximo deste concelho, do Município, apelo para que V.Exa., junto da Entidade Infraestruturas de Portugal, possa diligenciar para que esta situação seja desbloqueada.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem agora a palavra o PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Voltando a cumprimentar todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente, passo a elencar alguns problemas que já temos aqui apresentado.

Hoje por acaso, já tinha visto várias vezes, ao deslocar-me na Estrada Nacional 379-2, embora sabendo que é uma estrada nacional não quer dizer que nós não apresentemos aqui os problemas para serem apresentados à entidade competente. Ali perto dos Olhos de Água há um núcleo populacional razoável uma parte pertencendo à Quinta do Anjo e do outro lado a Pinhal Novo, não quer dizer que também não ocorra na parte pertencente a Palmela, ainda hoje vinha uma idosa no meio da estrada quer dizer na berma e os carros tinham que se desviar porque há ali pessoas que não têm automóvel e então para irem ao restaurante, ao café, têm que se deslocar a pé. As bermas há uma parte que têm sulcos para a água, há outras partes que estão cimentadas, há outras que têm umas pedras, a verdade é que as pessoas não podem ali circular nas devidas condições e gostava que a autarquia mesmo que fosse em parceria ou que alertasse as antigas Estradas de Portugal, que agora são Infraestruturas de Portugal, porque nós temos mais destes problemas no concelho, mas ali é uma estrada que tem muito movimento. Eu hoje, por acaso, ao ver aquela velhota ali mesmo na berma da estrada e não podendo circular na zona onde supostamente podia circular, eu sei que há zonas que é para a água escoar, mas ali que há um núcleo populacional eu acho que devíamos olhar para este problema, portanto deixo aqui uma sugestão ao executivo.

Depois há o caso das passadeiras, algumas que ainda não foram pintadas. Por exemplo, uma das queixas que tive esta semana que houve aqui há tempos um acidente, até junto ao edifício camarário em Quinta do Anjo, parece que a luz que ilumina a passadeira estava fundida o senhor ia de carro não viu, atropelou uma senhora, ficou muito incomodado com isso.

Relativamente às luzes e aos candeeiros, a Junta de Freguesia tem pelouro da iluminação e a Câmara também tem pelouro da iluminação, eu por acaso liguei para a Junta de Quinta do Anjo outro dia e disseram-me: "*ah! Isso o melhor ligar para a EDP diretamente",* não é que eu não pudesse fazer a chamada mas eu acho que não devemos dizer isto aos munícipes, não é? Então a pessoa está a gastar a chamada para a Junta e depois mandam-no ligar para a EDP, vai fazer segunda chamada, eu recusei-me e a reclamação foi feita. Mas, realmente, aqui no pelouro da iluminação há vários candeeiros e de vez em quando fundem-se, isso é normal, nós podemos ir alertando, eu quando posso alerto, mas eu acho que de vez em quando quem tem o pelouro, ou nas Juntas, ou na Câmara, à noite tem que dar umas passagenzinhas. Sobretudo há zonas, por exemplo, eu estive a ler uma destas atas que aqui aprovámos e na altura pedi ao Sr. Vereador da iluminação para me esclarecer, ainda não fui esclarecida, torno a perguntar não leve a mal, quando a pergunta não tem resposta independentemente da cor política é assim. Relativamente aos Portais da Arrábidas, houve uma altura, isto é um exemplo, que foram substituídas algumas lâmpadas, no tempo do Vereador Octávio Machado, depois ficaram de ser repostas naquela segunda fase, mas há ali um problema na rua que vai dar ao Centro de Saúde é que, como as árvores não foram podadas, os candeeiros estão camuflados quase dentro das árvores e ainda por cima é nessa avenida que a iluminação não foi mudada, isto é um exemplo porque existe também noutras urbanizações.

Aqui em Palmela, por exemplo, quando vinha para esta Assembleia o jardim estava às escuras, não sei se houve aqui algum problema também mas aqueles candeeiros que estão aqui no jardim são camarários porque são aqueles de bola redonda, como existe também uns fundidos nos Portais, há na estrada da Coca Cola, há em Brejos Carreteiros, portanto eu aconselho uma passagem pelo concelho de modo a minorar isto ou então eu tenho que começar a mandar uns e-mail's cheio de anomalias porque ligar para a EDP, eu não vou ligar para a EDP porque há pelouros da iluminação, não é? Desculpem lá!

Queria também regozijar-me pelo aumento turístico do concelho, que nem tudo é mau no anterior Governo, e, portanto, também quero aqui dizer que o trabalho do turismo foi muito bem feito.

Relativamente ao Pavilhão da Escola de Palmela (oh Sr. Presidente, deixe-me falar, depois o senhor terá todo o tempo) tínhamos colocado uma pergunta ao executivo que amavelmente já nos respondeu, e que

através da Sra. Presidente da Assembleia recebemos a resposta, que para o Orçamento de dois mil e dezassete não estaria previsto qualquer Pavilhão para a Escola de Palmela. Eu, por acaso, fico assim um bocadinho abismada porque depois vejo as pessoas na televisão a defenderem desporto para o pré-escolar quando nestes anos não temos pavilhão. Uma vez que aqui aprovámos uma Moção, por unanimidade de todos os partidos, eu acho que temos que começar mais uma vez a fazer pressão nestes partidos agora de poder. Não tenho a mesma persuasão que Vós, portanto agradecia aqui aos partidos que representam as forças políticas que apoiam o Governo que conseguissem trazer o Pavilhão da Escola para Palmela.

Por último, queria saber se havia mais algum avanço relativamente à "Torre Continelli" ou se está tudo na mesma e quanto ao edifício do Pinhalnovense, que o Sr. Presidente pôs a hipótese de uma eventual compra por parte da Câmara, se tinha havido algum avanço ou não e por último se os processos das edificações que levantámos e que colocámos, edificações não acabadas, edificações com anomalias, gostava de saber se tinha havido algum avanço em relação aos mesmos. Mas essa parte com certeza o Sr. Presidente não terá aqui presente e poderá ser enviada a resposta depois. E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhora, muito bem obrigada.

Tenho um último pedido de intervenção do PS, peço para serem rápidos para dar cinco minutos ao…, são duas intervenções? Pensava que era a mesma, então rapidamente."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Somos parecidos mas não tanto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, não eu pensei que era a mesma intervenção."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Em primeiro lugar queria apenas referir que para quem não conhece ou não trabalha com esta área, ou não priva com quem trabalha com a área, a área de iluminação é uma área que depende imenso do trabalho da EDP, da articulação de serviços e da capacidade de respostas que a própria EDP dá.

Era bom que o Município conseguisse dar as respostas por si só mas, infelizmente, no quadro de competências perceberemos facilmente que não é possível. Felizmente as chamadas para a EDP ainda são gratuitas, portanto uma cidadania ativa não impede que não se faça essa denúncia e que não se possa contribuir para o bem-estar e para a melhoria das condições do nosso Município ligando para a EDP, eu posso dizer-lhe que pessoalmente já o fiz várias vezes.

Quanto à questão que o Deputado Municipal Carlos Oliveira referiu, sobre as disparidades na vila do Pinhal Novo devido à existência de uma ou neste caso várias linhas que dividem e que acabam por isolar algumas áreas, eu ressalvava ainda e convidava-os a fazer uma reflexão. É que a questão da mobilidade é tão grave que na zona norte existe um elevador, que não funciona, mas na zona sul nunca existiu um elevador. E como é que as pessoas passam de um lado para o outro se numa zona que normalmente é sempre a mais favorecida e a outra que é sempre a dos coitadinhos, infelizmente, que nem sequer tem elevador. Pergunto se a mobilidade acaba, ou se os problemas de mobilidade acabam, quando se passa para o outro lado da linha? Não é verdade. Sr. Presidente fazemos a sugestão e fazemos força para que V. Exa. refira estas questões e as encaminhe para quem de direito.

Por último queria referir duas questões relativas ao próprio funcionamento desta Assembleia, gostaria de lamentar que este ano a Comissão de Finanças não tenho reunido na preparação do Orçamento e gostaria de deixar a sugestão para que daqui para a frente pudesse reunir essa Comissão mas também todas as outras visto que fomos eleitos e até ao dia de hoje a maioria das Comissões não chegou a reunir.

Por último queria deixar uma sugestão para que estas reuniões fossem, à semelhança do que se passa com as reuniões do executivo da Câmara, filmadas e divulgadas. Acho que está em causa o interesse superior dos munícipes de informação e de saberem o que se passa nestas Assembleias. Era interessante que fossem divulgadas, os materiais se existem para a transmissão da Câmara logicamente também terão que existir para esta Assembleia e seria bom que em vez de estarem guardados também pudessem ter uso e alguma utilidade.

Obrigado, é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais dois pedidos de intervenção, temos que ser muito rápidos para dar cinco minutos ao Sr. Presidente da Câmara.

O PS não costuma ser assim duas intervenções seguidas, mas tem a palavra só para não mudar…, sim faz favor."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todas e todos os presentes.

Tentarei ser célere.

Trago aqui alguns assuntos da freguesia da Quinta do Anjo e começo por um deles que já foi aqui mencionada na Assembleia Municipal, e que tem que ver com o denominado jardim da Igreja de Cabanas em que a sua fonte foi alvo de várias reclamações, tanto da do Partido Socialista como dos munícipes. A fonte está parada, foi referido pelo Partido Socialista em agosto e em setembro à Junta de freguesia para que a solução passasse por algo mais prático ou seja a colocação de uma bomba para a oxigenação da água, para não ficar verde ao fim de algum tempo. O que foi referido pelo executivo da Junta que passaria esse pedido à Câmara, em agosto foi referido que propôs à Câmara e em setembro foi referido que esse pedido já estava feito. Gostaria de saber o ponto da situação e se foi efetivamente feito esse pedido.

Passando para os Portais da Arrábida, na Rua Gil Eanes, junto há entrada do sobral da Quinta do Anjo temos uma passadeira a meio, ou seja quando digo a meio houve intervenções no asfalto e metade da passadeira ficou sem ser pintada. Ora em agosto também mencionámos isto à Junta de Freguesia, ficaria de transmitir à Câmara, algo já habitualmente usual e em setembro novamente mencionado por nós e já tinha sido transmitido à Câmara, mais uma vez pergunta-se o ponto de situação.

Não me farto de repetir a Estrada Municipal 1029 para quando uma marcação nova da via, com a quantidade de tráfico existente já necessitava.

Um assunto que não sei há quanto tempo está assim, tem a ver com os semáforos do Poço Novo do lado da Farmácia o botão para a passadeira nem sequer é percetível e as pessoas até têm receio de carregar no mesmo e do lado do largo, digamos assim, está só a furação sem a betoeira, portanto acho que seria de todo o interesse na zona que é e de bastante passagem de pessoas essa intervenção.

Pergunto em relação à estrada das Fontinhas, a denominada a estrada da SETECOM, penso que é essa a denominação, no último curso do lado do Parque da Autoeuropa, ou das variantes da Autoeuropa, o escoamento de água após estas intervenções, que não foram da responsabilidade da Câmara, mas sim da Augi ou do empreiteiro da Augi, e a colocação de lombas e tudo o mais mantem-se como um problema. O que eu pergunto é se houve alguma fiscalização da Câmara para que aquilo não acontecesse porque a verdade é que as águas continuam a acumular, digamos assim, nestas alturas de intempéries.

O que questionava também o Sr. Presidente em relação àquilo que é a forma ou organização de trabalho da varredoura mecânica porque na freguesia de Quinta do Anjo, no que toca por exemplo às Marquesas II, foi-nos informado que demorou um trimestre a lá aparecer, portanto sabemos bem que o concelho é grande, mas se calhar a uma velocidade média a varredora consegue lá chegar em menos tempo.

E tenho dito, obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Vou tentar ser mais telegráfico que a chegada do som.

Era só relativamente à intervenção do Sr. Deputado Bruno Grazina, relativamente à questão do funcionamento ou melhor do não funcionamento das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal. Dizer que subscrevo inteiramente, de facto, penso que tanto a Sra. Presidente como a liderança da Bancada da CDU de onde provem a esmagadora maioria dos Presidentes de Comissão. Se, de facto, querem uma Assembleia que faça, de facto, o seu papel fiscalizador e todas as suas funções deveriam, de facto, dar aqui uma força para que as Comissões passado três anos ou menos começassem timidamente a funcionar, mas por último também pediria ao Sr. Deputado Bruno Grazina o favor de também fazer uma pressão para com o Presidente da Comissão do Partido Socialista, que é o Sr. Deputado Raúl Cristóvão, que tem de pedir precisamente o início das reuniões porque, de facto, até agora também do Partido Socialista não vimos convocar nenhuma reunião."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então vou agora pedir ao Sr. Presidente da Câmara por favor para tentar em cinco minutos tentar responder às questões colocadas, está bem? Que é para cumprirmos a hora."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Muito boa noite a todas e a todos, Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Munícipes, Sras. e Srs. Jornalistas, cordiais saudações.

Relativamente às questões colocadas neste Período de Antes da Ordem do Dia, as questões comentadas e propostas pelo Sr. José Manuel Silvério merecem na generalidade a minha concordância, pese embora dizer, também, com toda a frontalidade que creio que o concelho tem outras prioridades, mas já agora também uma sugestão sobre o financiamento comunitário a pavilhões multiusos, e outras questões de outra natureza, pode aproveitar para influenciar os membros do seu partido a nível governamental para alterarem as prioridades de investimento no Pacto e no Portugal 2020, tal como a generalidade dos autarcas até de todos os partidos têm reclamado em sede de Conselho Metropolitano.

Sobre a observação das mesas da Assembleia, também não resisto a fazer o seguinte esclarecimento: em sede de revisão orçamental foi feito um reforço de uma rubrica destinada para a compra de mais mesas. Trata-se de mesas que têm, preferencialmente, de ser deste modelo e daí também temos tido o cuidado de orçamentar atempadamente e procurar saber se no mercado ainda existem mesas deste tipo. Em boa ora o concelho aumentou de população, aumentou também o número de eleitos e por essa via passámos a ser mais neste Fórum e, portanto, a necessidade de mesas veio retirar, se calhar, as mesas e o conforto às Sras. e aos Srs. jornalistas, mas fica aqui o esclarecimento que fomos sensíveis a essa questão e que temos prevista a aquisição de mesas deste modelo para que fiquem melhor acomodados.

Relativamente à atratividade do concelho, de facto, ainda bem que o reconhece, reconhece o senhor, reconhece o responsável do Turismo de Portugal, reconhece o responsável da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, reconhecem membros do Governo e reconhecem vários estudos que são hoje disponíveis e que a partir de agora vão suscitar muitos comentários, rankings e outras coisas mais, até da "City - Performance Índex" em que coloca o município de Palmela nos vinte cinco primeiros, em talento, produtividade, infraestrutura, governo, *empowerment* social, ambiente, cultura e turismo.

Sr. Membro do Bloco de Esquerda Carlos Oliveira, sou naturalmente sensível e solidário com a questão que nos traz, aliás já havíamos feito chegar à REFER este alerta, que nos tem chegado por parte da população

do Pinhal Novo, voltaremos a faze-lo, temos tido até nos últimos meses várias reuniões com as Infraestruturas de Portugal, mas assinalo esta curiosidade é que a parte das estradas está presente nas nossas reuniões, a parte da ferrovia continua a fugir, portanto ficamos sempre com os assuntos e alguns são mesmo muito importantes como por exemplo para desbloquear a questão de uma parte do projeto da Ribeira da Salgueirinha e não está fácil. Mas temos, de facto, vários assuntos para negociar com a parte da ferrovia que hoje integra as Infraestruturas de Portugal e naturalmente este assunto estará sobre a mesa e não esperaremos pela reunião, voltaremos a fazer um reforço por escrito porque é muito pertinente a questão que aqui trouxe.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, bermas da Nacional 379, naturalmente as bermas nas estradas, 379-2 fez bem de facto há a 379-1, nas zonas de Olhos de Água, Lagoinha e Vale de Touros portanto é uma estrada nacional, as bermas compete o tratamento à respetiva entidade. Em todo o caso há aqui, assumo algumas responsabilidades que por vezes também são acometidas aos próprios proprietários quando licenciam os seus muros, os afastamentos, enfim já houve tempos em que eram obrigados quer pelas Estradas de Portugal quer pelo próprio Município depois a calcetar o remate, ainda assim nós procuraremos fazer chegar a questão às Infraestruturas de Portugal mas não deixaremos nós próprios, depois da desmatação que compete às Estradas de Portugal fazer, procurar nivelar algumas zonas para que se possa caminhar com maior nível de conforto na berma das estradas.

Quanto às passadeiras por pintar, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, aquelas que puderem sinalizar com precisão dá-nos jeito. Apenas posso informar, e podem constatar aliás no Relatório de Atividades que hoje é presente à Assembleia, que este ano até vamos já na terceira empreitada de sinalização horizontal, temos vindo todos os anos, felizmente, a recuperar e a fazer mais investimento nesta área e com um concelho com quinhentos e vinte quilómetros de vias asfaltadas e novecentos de caminhos públicos, portanto, nós podemos ir fazendo num sítio, faltará sempre noutro, mas esperamos que esta empreitada embora esteja pronta para ir para o terreno neste final de ano, e seja uma altura sempre crítica por causa de chover e as condições climatéricas que devem prejudicar a sua execução de seguida, ainda bem que a temos ativa porque podemos ir atacando pontualmente estas questões mais urgentes que as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia e os nossos munícipes nos fazem chegar e portanto procuraremos dar resposta.

Falou no edifício camarário, pergunto se é o CRJ ou se é junto ao Atendimento Municipal, já agora? Muito obrigado, Rua Gil Eanes, muito obrigado. Pronto sobre a IP eu penso que todos temos um pouco de razão, por um lado qualquer serviço e qualquer pelouro deve ser proactivo e ter o interesse na identificação dos problemas para reportar à EDP, mas também é verdade que a nossa intervenção cívica e cidadã pode produzir melhores efeitos porque, às vezes, nós estamos lá parados no carro no local, podemos sinalizar, é na rua tal frente ao número tal, enfim é uma referência que em discurso direto com a operadora funciona e eu garanto-lhe porque tenho esta prática há pelo menos dezasseis anos e funciona mesmo, já funcionou bem, depois funcionou pior, passou de três para dez dias, agora já está em quatro vamos ver, vamos ver, mas vale a pena cada um de nós fazer esse exercício.

Respondendo objetivamente às questões que coloca sobre a "Torre Continelli ", como é que ela está? Olhe, está no mesmo sítio e está mais degradada. As Infraestruturas de Portugal não gostam daquilo lá, não sei se estão à espera que aquilo caia, eu reitero a tese que defendo há vários anos quer enquanto autarca de freguesia, quer enquanto Vereador e neste momento enquanto Presidente da Câmara, é que a Torre tem de ser preservada, era possível deslocalizá-la porque existe tecnologia para isso, de origem mecânica, e também teria sido possível fazer um direcionamento das linhas de forma diferente. É assunto que não tem estado ultimamente a ser debatido com as Infraestruturas de Portugal, qualquer dia voltará por qualquer necessidade, agora o que nós entendemos é que aquele edifício é uma pena não ser conservado e é uma pena não podermos visitá-lo e integrá-lo num Núcleo Museológico ligado à história dos ferroviários. Nós acabámos de solicitar mais uma vez a cedência do átrio da estação antiga para uso de um núcleo museológico e gostaríamos, naturalmente, ao ter esse núcleo de ter a estação, a Torre e a sua envolvente para a evocação da memória ferroviária.

Sobre o Edifício do CDP – Clube Desportivo Pinhalnovense, o Sr. Presidente não afirmou que pretendia comprá-lo. Houve uma proposta no âmbito do "Eu Participo!" de munícipes que consideravam que a solução para o edifício era o município adquiri-lo, não foi uma das propostas mais votadas de maneira nenhuma, no âmbito das prioridades do "Eu Participo!". É evidente que o município estivesse abonado ou pudesse nacionalizar tudo aquilo que está em mau estado, enfim possivelmente faria mas também compraria um

problema muito grande porque depois para reabilitar todos esses edifícios seria complexo. Em todo o caso o que nós procuramos fazer é junto de quem hoje detém aquele património, até depois de uma intervenção coerciva que fizemos para evitar intrusão e vandalismo, é para além de tentarmos apresentar a conta é pressionar para que procedam à reabilitação daquele edifício porque tem interesse patrimonial do nosso ponto de vista.

Sobre as edificações inacabadas, eu creio que nós fizemos recentemente uma atualização da informação, enviámo-la por escrito, neste momento não consigo dispor dessa informação para lhe transmitir, mas a evolução nestes processos é sempre muito lenta dada a burocracia, que é um termo às vezes muito abusado, mas sobretudo os *timings* das notificações das tomadas de posse administrativa e depois temos sempre que pesar o interesse público destas coisas, quer dizer quando é que um edifício que está a pôr em causa a segurança, a salubridade, o ambiente, a estética do local e quando não é e, portanto, há processos que às vezes é preferível que aqueles edifícios se salvem porque de outra forma temos que mandá-los todos abaixo e isso não é também desejável nalguns casos.

Elevador norte-sul, pois naturalmente, nós podemos sempre junto da REFER, pedir não custa, que monte também um elevador a sul, mas há um elevador a sul e há uma rampa, porque há ali umas diferenças na estética da estação e um dos locais nomeadamente o sul é mais generoso em termos de espaço e permite a saída em rampa.

Sr. Membro da Assembleia Ricardo Marques, jardim da Igreja de Cabanas penso estar a referir-se à água estagnada por inexistência de sistema de bombagem ou renovação de água. Nós estamos disponíveis para essa intervenção e para ajudar a Junta de Freguesia nesse aspeto, e até a dar ali um rearranjo ao revestimento do lago que está danificado, e eu creio que esse assunto está em análise no Gabinete de Participação e Cidadania e também na Divisão de Espaço Público. Passadeira dos Portais, tomámos nota assim como a marcação da 1029 que está previsto nesta empreitada.

Betoeira do semáforo, também tomámos nota.

Acumulação de águas no final da estrada das Fontainhas na Circular Norte, aquela circular teve para já um trabalho de drenagem pluvial que não me parece tecnicamente bem elaborado, foi uma estrada que o município herdou à força da antiga Estradas de Portugal quando foram feitos os acessos assim à pressa para a Autoeuropa e, de facto, aqueles pluviais que lá estão não vão dar a lado nenhum. Esta é que é a história e estariam dependentes da existência de outros empreendimentos, nomeadamente também ligados ao parque da Autoeuropa, para depois fazer as ligações para o rio, que eu não me recordo do nome, para entregar naquele ponto de entrega do pluvial na ribeira, não sei como é que se chama, Ribeira de Lagos exatamente. Ainda assim, o que já dissemos penso que foi neste fórum ou talvez numa reunião de Câmara, é que a nossa preocupação é tratar ali acumulação de areias, procurar ali algum desentupimento porque as questões dos pluviais das obras de urbanização da Augi esses estão devidamente encaminhados, aquele troço final é que precisamos de estudar tecnicamente até se podermos aproveitar a obra da Augi para encaminhar as águas para lá, essa poderá ser uma solução.

Relativamente à fiscalização das obras da Augi naturalmente fazemos a fiscalização, temos constatado que tem havido por parte da Comissão de Administração algumas intervenções que não estão de acordo com os projetos aprovados, já corrigiram algumas e hão-de corrigir outras e outras hão-de ficar assim porque fazem parte do projeto, nós também não somos defensores que haja vinte lombas por cada quinhentos metros, mas pronto não vamos contá-las.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, pedia-lhe que abreviasse, está bem?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Estou mesmo a terminar Sra. Presidente.

Só um último esclarecimento sobre a varredoura mecânica, só um esclarecimento Sr. Membro da Assembleia, ela demorou tempo a lá aparecer porque como foi já explicado numa reunião, deste e outro

órgão, houve um período complicado relativamente ao concurso público para a prestação destes serviços, que ainda nem sequer esse concurso está fechado, e só depois de termos feito um ajuste para seis meses, penso que vai até março de dois mil e dezassete, para deixarmos que a litigância entre as empresas resolva a questão do concurso é que regressamos à normalidade e, portanto, se não estou em erro a passagem é quinzenal pelas Marquesas II. Há um mapa, eu não o tenho aqui comigo, geralmente ando aqui com uns tesourinhos, mas por acaso esse não está aqui comigo hoje mas geralmente a periocidade de passagem pelos bairros na freguesia de Quinta do Anjo é quinzenal intercalando os bairros e, portanto, terá sido este o motivo e esta a explicação que lhe posso dar neste momento.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos terminar este primeiro ponto ou seja o Período Antes da Ordem do Dia, e vamos passar de imediato ao ponto número um ou seja à informação do Sr. Presidente da Câmara, e eu passo-lhe a palavra."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O período a que se reporta o presente relatório foi particularmente rico em iniciativas, obras e ações que expressam uma intensa atividade, diversificada e pensada, nos mais diversos setores do nosso trabalho.

A Educação assumiu um lugar de destaque, com a abertura do ano letivo, período em que foram concluídas diversas obras de beneficiação, designadamente, nas escolas básicas de Cajados, Palhota, Salgueiro Maia, Arraiados, Bairro Alentejano, Joaquim José de Carvalho, Alberto Valente, Zeca Afonso e jardins-de-infância de Lagameças e Lagoa do Calvo.

Os projetos de ampliação das EB de Águas de Moura, António Matos Fortuna (Quinta do Anjo) e Cabanas foram concluídos, e as candidaturas a Fundos Comunitários apresentadas a 25 de outubro.

Estão em funcionamento trinta e quatro salas do pré-escolar - onde se incluem duas novas salas no Agrupamento José Maria dos Santos - para um total de oitocentas crianças, entre os três anos e o ingresso no 1º ciclo do ensino básico. Para os Jardins de Infância de Lagameças e Cajados, o Município decidiu este ano assegurar o transporte das crianças (vinte e seis, no total), uma medida de apoio às famílias que pretende atenuar as dificuldades de mobilidade naquelas zonas e fomentar a frequência regular da educação pré-escolar, reconhecidamente necessária nos processos de inclusão e aprendizagem.

No presente ano letivo, a rede de transportes escolares abrange, dois mil, quinhentos e oitenta e nove, alunas e alunos, um investimento de um milhão de euros. As atividades de animação e apoio à família abrangem este ano seiscentas e dez crianças, tendo o Município assumido o alargamento do horário diário, nos estabelecimentos onde não existe oferta complementar. O Município inovou também no apoio às crianças e famílias com o alargamento do regime de fruta escolar ao pré-escolar. O Programa de Alimentação Escolar para o 1º ciclo do ensino básico e os estabelecimentos de ensino pré-escolar constitui, por outro lado, um investimento de setecentos e trinta e seis mil euros.

A ação social escolar abrange este ano mil e trinta e cinco alunos/as carenciados/as, com a atribuição de sessenta e cinco euros a da um/a, valor acima do recomendado pelo Ministério da Educação, num total de sessenta e sete mil duzentos e setenta e cinco euros. Manteve-se, por outro lado, os sessenta e cinco euros de apoio às crianças do 1º ano do 1º ciclo, beneficiárias da ação social escolar, apesar da atribuição gratuita dos manuais escolares por parte do Ministério da Educação, por se considerar que as famílias continuam precisar de adquirir material escolar e cadernos de atividades.

Destaque ainda para o início do 1º curso do "Aprender a Nadar", com a participação de trezentos e setenta alunas e alunos de sete escolas do concelho.

Mais de três centenas de docentes, não docentes e representantes de diversas entidades participaram no momento tradicional de convívio que integra a Receção à Comunidade Educativa, desta vez realizado na Casa Ermelinda Freitas.

Com grande sucesso, decorreu nos dias vinte, vinte e um e vinte e dois de Outubro a primeira edição do Mercado da Cidadania, no Mercado Municipal de Pinhal Novo. Integrado no PEL - Projeto Educativo Local, com o objetivo de reforçar a participação e afirmar Palmela, Território de Convivência, contou com a participação de cidadãs e cidadãos, famílias, associações, escolas, IPSS, empresas e outras entidades que partilharam projetos, ideias e experiências, momentos de animação e troca e venda de bens, demonstrando a diversidade e riqueza das aprendizagens entre gerações.

O PEL realizou também no Auditório de Pinhal Novo, o seu 2º Fórum sobre "Sucesso Educativo, Caminhos a Percorrer", reflexão que abrangeu uma centena de pessoas, em representação de parceiros e entidades locais e autarquias da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras.

No âmbito do projeto "Eu Participo", decorreu a segunda fase de processo de debate com a população das cinco freguesias e foram apresentados os resultados das ações propostas em Abril para inclusão no Plano de Atividades e Orçamento de dois mil e dezassete. A receção de inquéritos registou um aumento significativo face ao mesmo período do ano passado. Também o "Eu Participo - Trabalhadoras e Trabalhadores Municipais" permitiu a recolha de propostas relativas à organização e à melhoria de condições de trabalho.

No dia vinte e oito de Outubro, o Município determinou, após intenso trabalho de adaptação de documentos oficiais e formulários, a adoção da comunicação inclusiva de género, assumindo o compromisso de a promover, na sua comunicação interna e externa. No âmbito do Plano Municipal de Igualdade, a Câmara promoveu, com o Centro de Formação de Professores da Ordem de Santiago e o apoio do CCEIG e da ESE de Setúbal uma formação em linguagem inclusiva para os professores dos agrupamentos de Palmela, tendo alargado esta formação aos agrupamentos de Sesimbra e de Setúbal.

O Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil voltou também às escolas, tendo, no âmbito do projetos que enquadra, realizado já diversas ações de apresentação e trabalho com as crianças das escolas envolvidas, educadores/as, docentes e encarregadas/os de educação. Foi ampliado o número de escolas envolvidas nos processos de participação e iniciado um projeto-piloto numa escola de 2º ciclo.

Na Ação Social, outubro foi o Mês das Pessoas Idosas e, nesse âmbito, decorreram diversas iniciativas culturais, desportivas e recreativas que contaram com o envolvimento das associações de idosos, IPSS, Palmela Desporto, entre outras entidades. As comemorações integraram também o Mercado da Cidadania, onde, entre outras intervenções, mais de duas centenas de idosas e idosos participaram na iniciativa "Dança à Tarde no Mercado".

Registou-se um acentuado crescimento de trabalho de apoio à atividade municipal, traduzido em centenas de ações, quer por necessidade do Município, quer pelo aumento de iniciativas e solicitações por parte do movimento associativo e parceiros. De forma a melhorar as condições de trabalho e de resposta, foram também efetuadas obras na portaria da Divisão de Conservação e Logística e no edifício da Rua de Nenhures, no Centro Histórico.

No que se refere à Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela, foi iniciada a empreitada de requalificação da iluminação pública do Jardim Joaquim José de Carvalho e estão em curso procedimentos para a concretização de outros investimentos, designadamente, o lançamento do procedimento para o projeto de execução para a recuperação do Salão Nobre dos Paços do Concelho e o projeto de requalificação da Rua Serpa Pinto.

No domínio do Planeamento Urbanístico, decorreu, neste período, o seminário "Augi: a Prática e o futuro", uma iniciativa conjunta do Município e do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

O Município tem em curso diversas empreitadas de qualificação do espaço público, destacando-se, neste período, as intervenções no ordenamento do estacionamento na ligação intermodal Pinhal Novo Sul, na construção de instalações sanitárias no Parque Venâncio Ribeiro da Costa, em Palmela, na reabilitação da fonte visitável do Largo de S. João, nos espaços exteriores da Serrinha e Serra Grande e no arranjo paisagístico em redor do Sobreiro Grande (Assobiador) de Águas de Moura. A empreitada de requalificação da Terra do Pão aguarda consignação.

Duas grandes iniciativas projetaram, neste período, a história e a cultura de Palmela, com intervenção de equipas municipais de diversas áreas e competências, demonstrando a sua capacidade de trabalho e envolvimento em realizações que, no seu conjunto, atraíram milhares de visitantes e mobilizaram a população de Palmela, os seus músicos, grupos de teatro, de dança, cantores e outros agentes culturais.

O Palmela Almenara, projeto partilhado com o Município de Lisboa/EGEAC, com encenação e direção artística de João Brites e originais e direção musical de Jorge Salgueiro, enquadrado num programa de promoção turística a partir da história comum e da valorização cultural dos dois territórios, atraiu ao Castelo de Palmela mil e duzentos espectadores.

A III Feira Medieval foi outro momento alto de atração turística e cultural que, ao longo de três dias, incluiu espetáculos, momentos de animação, espaços de alimentação e venda, num ambiente que recriou a instalação, em definitivo, da Ordem de Santiago em Palmela.

Neste período, destaque ainda para o dinamismo dos agentes associativos e artísticos do concelho e a realização de alguns dos seus eventos mais emblemáticos que, com o apoio financeiro e logístico do Município, são motivo de atração de milhares de pessoas, de públicos e gostos diversos. Entre eles, destacam-se a 54ª edição da Festa das Vindimas, o Festival Internacional de Música - Palmela, Terra de Cultura, o Festival Bardoada/AJCOI, a Festa de Todos-os-Santos e a Queimada Mística pelo grupo ATA.

A par destas iniciativas, decorreram ainda mais de meia centena de outras, enquadradas nos programas municipais de Teatro, Dança, Música e Artes Visuais, nos espaços públicos e nos equipamentos culturais do concelho, numa política de descentralização cultural que o Município vem acolhendo e estimulando.

No desporto, para além das atividades no âmbito dos programas de desenvolvimento e programas municipais (Ginástica, "Mexa-se em Palmela", "Viver melhor, Viver com autonomia" e "50+ - Programa de Exercício"), o Município apoiou a realização, com passagem no concelho, da 2ª Granfondo Arrábida e do Campeonato Nacional de Rampa/1ª Rampa Palmela.

No âmbito da Rede Viária, foram concluídas neste período as pavimentações da Rua Julien Bruand, em Lagameças, da Rua dos Farias, em Pinhal Novo, e da Rua José Luís Cipriano, em Quinta do Anjo; decorreram também as pavimentações na Rua Abel Ferreira, em Poceirão, 9 de Março, em Vale da Abrunheira, na Azinhaga de Mata Mouros, em Palmela, na 5 de Outubro, em Pinhal Novo, Rua dos Sobreiros, na Lagoinha, e Rua José dos Santos Tereso, no Bairro Margaça.

Mais de uma centena de intervenções de conservação e manutenção de calçadas, passeios, estradas e caminhos foram ainda concretizadas, melhorando a circulação rodoviária e a segurança e conforto da população.

Diversas atividades de promoção do património e dos produtos locais assinalaram o Dia Mundial do Turismo, em parceria com a Casa Mãe da Rota dos Vinhos e o envolvimento dos agentes económicos do setor.

No domínio das relações internacionais e interinstitucionais, Palmela foi anfitriã da cerimónia de eleição da Cidade Europeia do Vinho 2017, no âmbito da RECEVIN- Rede das Cidades Europeias do Vinho.

O Município submeteu, neste período, candidaturas a financiamentos comunitários, no âmbito do "PORTUGAL 2020", das obras de ampliação e requalificação das EB de Águas de Moura 1, António Matos Fortuna e Cabanas, os projetos "Praarrábida - espaços de lazer e bem-estar" e "Praarrábida - valorização de sítios arqueológicos"; a Ligação Intermodal Pinhal Novo Sul e a Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo.

Todos os projetos e investimentos submetidos a candidatura, em Outubro, são candidatáveis a um financiamento de cinquenta por cento.

Sra. Presidente, tentei ser o mais sintético possível em cinco páginas das oitenta que constituem este relatório da atividade municipal.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão concreta sobre esta informação do Sr. Presidente?

Presumo que não, está clara e vamos então passar de imediato ao ponto número dois.

Sr. Presidente tem a palavra."

PONTO DOIS – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2017

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O Imposto Municipal sobre Imóveis, taxa a aplicar em dois mil e dezassete. O Imposto Municipal sobre Imóveis é um imposto que incide sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos e rústicos. Da receita líquida desse imposto, nos termos da legislação aqui aduzida, noventa e nove por cento destina-se aos municípios e um por cento às freguesias, no caso de prédios urbanos, no caso da receita líquida dos prédios rústicos a sua totalidade destina-se às freguesias.

O valor patrimonial apurado pela Autoridade Tributária e Aduaneira – nos termos do Decreto-lei número duzentos e oitenta e sete de dois mil e três, de doze de novembro, com as alterações entretanto introduzidas, em particular pelo artigo centésimo sexagésimo primeiro da Lei numero sete – A de dois mil e dezasseis, de trinta de março (Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis) – é aplicada a taxa que as Assembleias Municipais aprovem entre zero três por cento e zero quarenta e cinco por cento, para prédios urbanos. A taxa para prédios rústicos é de zero oito por cento, fixada no Código do IMI (CIMI).

Temos aqui um quadro que apresenta a evolução da liquidação e cobrança do IMI nos últimos anos.

Em dois mil e treze o valor cobrado, e transferido para o município, cifrou-se em dez milhões novecentos e oitenta e nove mil euros, em dois mil e catorze doze milhões oitocentos e oitenta e seis mil euros, mais coisa menos coisa, em dois mil e quinze doze milhões novecentos e quarenta e sete mil euros e em dois mil e dezasseis doze milhões e quarenta e cinco mil euros, é um valor diferente daquele que consta no nosso orçamento, quero aqui recordar que o valor que foi estimado no orçamento obrigatoriamente tinha de fazer a média dos últimos vinte e quatro meses, não é que nós não soubéssemos que este valor ia ser inferior, mas ele ainda assim aqui já revela um decréscimo de novecentos mil euros que tem que ver com a redução de taxa aprovada, mas também tem que ver com outros fatores nomeadamente algumas isenções

automáticas que em boa hora, para as famílias com menores rendimentos, foi aprovado em Assembleia da República.

Efetuando a projeção da liquidação do imposto, incluindo o valor de outras cobranças, para o ano dois mil e dezasseis, a cobrar em dois mil e dezassete, com a taxa máxima zero quarenta e cinco, a taxa em vigor zero quarenta e a taxa proposta para o próximo ano que propomos zero três oito setenta e cinco, obtêm-se os seguintes valores: Se estivéssemos a aplicar a taxa máxima, se tivéssemos uma percentagem média de cobrança de noventa e cinco por cento lograríamos poder vir a receber treze milhões e quinhentos mil euros sensivelmente, com a taxa de zero, vírgula quarenta, a taxa que hoje é praticada doze milhões e trinta e um mil euros. Com o valor proposto para o próximo ano, sendo a percentagem de zero, vírgula trinta e oito setenta e cinco, estimamos receber onze mil seiscentos e cinquenta e cinco mil euros.

Nos últimos anos o IMI tem sido a principal receita municipal, representando no ano económico de dois mil e catorze, trinta e dois vírgula cinco por cento das receitas arrecadadas, em dois mil e quinze, trinta e um vírgula cinco por cento, prevendo-se para dois mil e dezasseis que represente trinta e um por cento, não considerando as transferências de fundos comunitários, execução de contratos programa com a administração central e empréstimos.

Nos termos da atual Lei das Finanças Locais, que entrou em vigor em janeiro de dois mil e catorze, o financiamento autárquico passou a depender, ainda mais, desta receita do IMI, na medida em que a repartição dos recursos públicos, transferidos para os municípios através do FEF, desceu de vinte cinco virgula três por cento, para dezanove virgula cinco por cento da média aritmética simples da receita proveniente do IRS, IRC e IVA arrecadados pelo Estado, valor que, de resto, tem sido sucessivamente suspenso em sede de Lei do Orçamento de Estado. As receitas de transferências do orçamento de estado baixaram, entre dois mil e três e dos mil e catorze, de cerca de nove milhões de euros para cerca de oito milhões e meio de euros, apesar da receita com os impostos que servem de base às transferências para as autarquias terem aumentado cerca de quarenta e quatro por cento no mesmo período. O que isto quer dizer é que o Estado arrecadou mais e entregou menos às Autarquias.

É preciso falarmos já de outros impostos porque tudo isto, são impostos diretos que são fundamentais para o equilíbrio e estabilidade da receita e para a nossa ação.

A Derrama sobre o IRC tem vindo, igualmente, nos últimos anos a perder peso nas receitas do município, não só pelas alterações ao método de cálculo mas também por via da situação económica e financeira de um grande número de empresas. A receita da Derrama passou de cerca de cinco milhões de euros em média nos anos de dois mil e três a dois mil e seis, para cerca de três milhões e duzentos mil euros após a aprovação da Lei número dois de dois mil e sete, situando-se a média dos últimos anos em cerca de dois milhões e trezentos mil euros.

No que respeita ao IMT- Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis, dos cerca de mais de cinco virgula cinco milhões de euros de receita média nos anos de dois mil e seis a dois mil e dez, passou-se para pouco mais de três milhões nos anos seguintes.

Por seu turno os licenciamentos as receitas baixaram dos cerca de quatro vírgula cinco milhões de euros em média, nos anos de dois mil e três a dois mil e oito, para pouco mais de um vírgula cinco milhões de euros entre dois mil e nove e dois mil e catorze, com a agravante de, nos três últimos anos, o valor ter rondado pouco mais de quinhentos mil euros.

Isto para justificar que, de facto, grande parte das perdas de receita antes identificadas naturalmente têm que ser compensadas com o IMI, cuja receita subiu de cerca de oito vírgula sete milhões de euros, para doze virgula nove milhões de euros.

Considerando a quebra das principais receitas da autarquia – impostos diretos, transferências e receitas de loteamentos e obras – e a necessidade de garantir uma receita global que assegure a continuação do serviço público prestado ao cidadão, a redução da taxa do IMI terá de continuar a ser gradual para que a receita global da autarquia não caia para níveis que comprometam o seu equilíbrio financeiro. Resta acrescentar que a despesa corrente da autarquia baixou de trinta e nove vírgula quatro milhões de euros, em dois mil e dez, para trinta e cinco vírgula um milhões de euros em dois mil e quinze. Isto porque há aquela ideia que as Autarquias precisam de financiar-se porque têm muita despesa, não repare-se no esforço que foi feito são menos quatro milhões de euros e portanto isto significa que o equilíbrio orçamental

obtido nos últimos anos só foi possível não graças ao IMI, como é dito e ao conjunto dos impostos diretos, mas através da redução efetiva de despesas correntes, em particular das associadas ao funcionamento.

Em matéria de IMI, o município, consciente das suas implicações, tem também, desde dois mil e seis, introduzido majorações e minorações que, juntamente com as políticas municipais, contribuam para incentivar a reabilitação e combater a desertificação dos centros urbanos, revitalizar e promover o turismo em diversas áreas do concelho, e estimular o arrendamento jovem. Todas essas opções se mantêm, na presente proposta, agregando estas deliberação aliás, que em diversos momentos foram aprovadas pelo município em anos anteriores.

Assim, o que se propõe nos termos da legislação aplicável é que a Assembleia Municipal libere, aprovar o seguinte:

Prédios urbanos: zero, vírgula três mil oitocentos e setenta e cinco por cento;

Depois imóveis na área do Centro Histórico proceder a uma redução de trinta por cento na área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico;

Depois de acordo também com a legislação aqui aduzida uma redução em vinte por cento para quem ainda tenha os prédios arrendados também situados na área do Centro Histórico e esta redução é cumulativa com a anterior;

Depois o ponto quatro da proposta que é naturalmente, elevar para o triplo a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas em toda a área do município;

No ponto cinco, propõe-se, majorar em trinta por cento a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios degradados em toda a área do município e que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;

O ponto seis, que visa aplicar a minoração da taxa do IMI-Imposto Municipal sobre Imóveis, para as quatro áreas delimitadas no Anexo da proposta que correspondem ao Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho, quando nestas áreas esteja associado contrato de arrendamento para fins habitacionais e sobretudo destinados à habitação jovem e as referidas minorações serão de vinte por cento caso o valor da renda seja inferior a duzentos e cinquenta euros e de dez por cento, caso a renda seja igual ou superior a duzentos e cinquenta euros e inferior a trezentos euros, estamos a falar de áreas especificas em vários pontos do concelho em particular nas zonas mais antigas dos nossos aglomerados, é um incentivo à Reabilitação;

Num ponto sétimo, propõe-se ainda minoração em trinta por cento do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis em edifício ou fração autónoma arrendados, também para estas áreas que percorrem todas as outras freguesias, desde que tenham sido realizadas obras de reabilitação e cujo uso se destine a comércio, preferencialmente com venda de produtos locais;

Um ponto oito que se propõe, aplicar a minoração em vinte por cento da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, também nestas quatro áreas delimitadas no Anexo I do Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios, desde que hajam realizado obras de reabilitação e cujo uso se destine a serviços, também nestas áreas.

Portanto Sra. Presidente é esta a nossa proposta que procurei fundamentar nos considerandos da mesma. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta proposta, quem deseja intervir?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Ricardo Marques."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Referente à proposta do IMI o Partido Socialista sempre defendeu a baixa da taxa do IMI, na lógica de que o IMI mais baixo fomenta a captação de população bem como aumenta atratividade na aquisição de imoveis, isto traz pessoas, traz desenvolvimento numa forma simples e trazendo mais teremos mais receita.

Esta proposta de descida segue a linha de atuação defendida pelo Partido Socialista, e analisando a proposta podemos referir que já poderíamos ter seguido as propostas do Partido Socialista em anos transatos e acelerar assim o processo de descida do IMI e trilhado um caminho político do socialmente mais justo para com a vida dos munícipes.

Esta redução conjugada com aquilo que é o denominado IMI familiar, seria uma proposta equilibrada, exequível e com relevância para o orçamento familiar dos munícipes. Esta é a visão do Partido Socialista que no fundo e de forma simples a devolução de dinheiro aos munícipes é a receita que o Partido Socialista daria em conjugação com a nossa posição referente ao IRS, mas isso deixarei para a frente.

Contudo seguindo aqui a linha de descida do IMI votaremos favoravelmente esta proposta.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais intervenções Sras. e Srs. Membros da assembleia?

Dou a palavra ao PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É também sobejamente conhecida a nossa posição sobre o IMI, nos dois anos transatos trouxemos aqui primeiro uma proposta e depois um aconselhamento relativamente ao IMI familiar concretizando exatamente uma medida que preconizávamos e que não foi aceite pelo executivo da CDU.

O nosso Vereador tem apresentado propostas, a nossa posição sobre o IMI e ainda há pouco tempo veio no jornal uma análise do IMI no distrito e realmente a conclusão a que chegamos é que os nossos IMI's são dos mais altos do país. Em todo o caso registamos que a CDU tem feito aqui uma alteração gradual, mas pensamos que podiam ter ido mais longe desde o início do mandato, tal como preconizámos nas nossas propostas e como tal embora concordando com algumas das medidas aqui propostas mormente na questão da habitação jovem, em todo o caso estas rendas mesmo em prédios antigos, em Palmela são pouco praticáveis, concordamos com estas alíneas no arrendamento jovem, nas áreas circunscritas nas partes antigas dos núcleos urbanos. Os mapas que foram anexados assim o mais visível é o do Centro Histórico, os outros continuam assim pouco visíveis, sobretudo o de Águas de Moura que está quase invisível porque é demasiado pequeno e aconselhávamos mais uma vez a que esses mapas fossem mais legíveis, as plantas digamos.

Em todo o caso há aqui medidas com as quais concordamos mas não votaremos favoravelmente, porque pensamos que o município podia ter ido mais longe e não vemos aqui o impacto que penso que não haverá muitos prédios no município com o imposto que foi aprovado relativamente ao IMI, aquele imposto especial sobre os dito prédios das grandes fortunas e das *offshores*, não vemos aqui essa análise também repercutida no crescimento ou não do IMI, já para não falar no sol e das vistas, e como tal mantendo a nossa coerente posição desde o inicio do mandato não votaremos favoravelmente esta proposta, com a ressalva de que concordamos com algumas das medidas nela propostas mas discordamos com a dos prédios urbanos.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Nós registamos a descida, embora pequena, do IMI para prédios urbanos no entanto consideramos que ela não é suficiente para que faça de algum modo diferencia na vida das pessoas, nomeadamente das trabalhadoras e dos trabalhadores deste concelho que adquiriram habitação através de empréstimos bancários ao longo de muitos anos e que neste momento vivem situações muito críticas. Alguns casos em que as pessoas tendo as prestações do crédito à habitação a pagar, estão numa situação de desemprego, emprego precário ou a receber subsídio de desemprego. Consideramos que deveria de ser tomada a atenção estes casos, ainda, para mais num concelho onde existe muita gente nesta situação fruto da grande expansão urbanística nos anos noventa e primeira década deste século.

Ainda no caso dos pontos que versam sobre os prédios devolutos e sobre os prédios em ruínas, achamos que deveriam ser dados passos para que algumas situações de proprietários que não têm condições para fazer obra nesses prédios, achamos que deveria de haver por parte da Câmara algum apoio ou alguma sinalização, porque há situações e há situações, há situações de gente que não reabilita a construção porque não quer e porque está à espera simplesmente que o prédio caia mas também há muita situação de gente que caiu numa situação também de dificuldades financeiras e que não podem, não conseguem reabilitar estes edifícios. Achamos que a Câmara deveria de ter atenção a este aspeto.

Por conseguinte Sr. Presidente, no Bloco de Esquerda a nossa posição será a de votar contra esta proposta do IMI. Achamos que, para estes casos que acabei de referir, uma descida ainda mais acentuada seria bastante importante e o que salvaria muita gente de situações já de si difíceis.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Então passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu reafirmo que, de facto, o caminho de redução do IMI tem que ser gradual e é importante que a Sras. e os Srs. Membros da Assembleia tenham em consideração na sua análise o conjunto de indicadores, que aliás estão disponíveis quer no documento do Relatório de Contas quer nas Grandes Opções, que vamos aprovar de aqui a pouco e discutir e aprovar, quer depois quando fazemos a apreciação da Conta de Gerência, para se perceber que com este caminho gradual por um lado o município tem hoje uma situação que tem dívida zero a fornecedores, reduziu a sua dívida contratualizada para níveis que ficarão a zero também a meio de dois mil e dezoito e aumentou a sua capacidade de investimento e, por outro lado, tem reinvestido no apoio às famílias de outra forma.

Nós procurámos fazer este esforço num momento em que apreciada hoje a execução da arrecadação da receita, e tive a oportunidade de mandar imprimir estes mapas hoje, nós temos no mês de novembro na receita menos seiscentos cinco mil euros por via, precisamente, de um desvio negativo na arrecadação do IMI, num desvio muitíssimo negativo na Derrama, e um desvio pouco significativo no IUC – Imposto Único de Circulação Automóvel, sendo que é apenas o IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis que continua, de vez em quando, a surpreender-nos e ainda bem pela positiva, porque se tivéssemos a receita sempre com níveis mais elevados na Derrama, que era bom sinal, era sinal que as empresas estavam a ter muitos lucros, e algumas não eram isentadas, se tivéssemos, de

facto, a economia a funcionar de outra forma poderíamos, de facto, reduzir mais, mas nós faremos esse caminho.

Depois, relativamente ao IMI Familiar, eu quero aqui recordar que nós poderíamos ter reduzido menos, mas entendemos que esta redução de trezentos e setenta e cinco mil novecentos e setenta e nove euros é positiva, é para todos e é superior a uma redução de cento e setenta e oito mil euros que beneficiaria apenas cinco mil agregados em vez dos doze mil trezentos e oitenta e sete, porque, de facto, não são apenas as pessoas com descendentes, e gente a cargo, que têm dificuldades. Há idosos, há casais jovens que não têm filhos e dependentes e, portanto, nós nesta fase considerámos que era mais importante chegar a este valor, porque o nosso compromisso inicial era ficar ali nos trinta e nove, eu disse isso em anos anteriores no máximo nos trinta e nove, já baixamos mais um pouco e vamos continuar esse caminho se conseguirmos este equilíbrio que recuperámos nos últimos tempos.

Depois, não vale a pena mais uma vez focarmos aqui nos rankings e nas comparações, eu penso que o interesse é os cidadãos perceberem como é que os seus impostos são utilizados, se são bem utilizados, se veem obra, se veem investimento, se veem melhoria de resposta, se veem melhoria da ação nas funções sociais, porque se fossemos por essa via eu até teria que responder à Dra. Rosa Pinto que, curiosamente, o IMI mais caro da Área Metropolitana de Lisboa e do distrito de Setúbal é Mafra e, portanto, essa alusão de que no distrito de Setúbal, por haver um conjunto de municípios da CDU que detêm o poder, não é por aí que fazemos essas ilações porque há outras regiões do país onde, de facto, a dependência dos impostos diretos é menor, recebem muito mais do Fundo de Coesão, recebem muito mais do Orçamento de Estado, recebem de Fundos Comunitários comparticipações elevadíssimas e, de facto, nestes grandes aglomerados urbanos nas Áreas Metropolitanas a pressão é maior.

Depois há concelhos na margem norte de Lisboa que basta ir ao anuário financeiro dos Municípios para perceber os milhões que eles recebem, assim que vamos ali de Almada para o outro lado do Tejo, e depois há outras receitas, há quem compense aumentando a água, nós aqui não aumentamos, há quem tenha impostos para a Proteção Civil, há quem tenha o estacionamento pago em quase todos os sítios, há quem tenha taxas de reforço de esgotos e de infraestruturas, como Lisboa, enfim. Nós consideramos que este caminho é, de facto, um caminho correto ainda não é possível perspetivar se advirá algum aumento de receita por via do IMI para fundos e mobiliários ou para casas de valor superior a um milhão, vamos ver, não conseguimos estimar, isso fará parte do próximo Orçamento de Estado, o que lhe posso dizer é que à medida que a receita aumentar nós certamente baixaremos a taxa para beneficiar e proteger aqueles que têm mais dificuldades em suportar este imposto.

Por último gostava de esclarecer o Sr. Membro do Bloco de Esquerda, que esta questão do apoio da Câmara para reabilitar existe e também está subjacente a um conjunto de outras propostas que já trouxemos a esta Câmara, quer no anterior mandato quer no atual mandato, e quero recordar que há isenção de taxas em grande parte das operações de reabilitação, há redução de taxas, há reduções no IMI como aqui estamos a propor, há isenções na ocupação de espaço público, não podemos é fazer a obra porque se nós fazemos a obra porque se nós tomamos conta das casas todas, enfim, seríamos algum Banco. De facto, não deverá ser esse o caminho a não ser que exista da parte do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, algum programa de financiamento e isso sim é o IHRU e, de facto, nós aguardamos com expectativa que possam haver programas que financiem, de facto, a reabilitação porque é aí que está o futuro, o futuro não estará certamente na construção desenfreada como no passado, nós temos que voltar ao centro das cidades aproveitar os edifícios que temos, refuncionalizá-los, dar vida a esses lugares em vez de continuar a depradar território alargando os perímetros urbanos e indo para a periferia e nós temos medidas de Ordenamento do Território, temos medidas de incentivo que vão precisamente nessa linha de pensamento e, portanto, tenho pena que a opção do Bloco seja votar contra, talvez por falta de esclarecimento mas garanto-lhe que há um conjunto de medidas, até no Centro Histórico nós temos o FIMOC, esse sim é um programa de financiamento, e que tem tido todos os anos duas três reabilitações cofinanciadas e que tem servido para reabilitar muitos imóveis. Eu, a este propósito, gostava ainda de dizer, por acaso não tenho aqui os dados comigo, mas que tem aumentado o número de edifícios reabilitados e o número de requerimentos para estes benefícios em sede de IMI, o que significa que tem havido da parte de muitos proprietários atenção a estas medidas e que as têm aproveitado.

Eu, pessoalmente, penso que nas outras zonas do concelho, na zona sul do Pinhal Novo, no aglomerado da aldeia de Águas de Moura, na zona de Bacelos na Quinta do Anjo, isto para quem não consegue ler bem o mapa, e também na aldeia de Poceirão, porque são esses núcleos mais antigos, ainda falta continuar a

fazer maior divulgação destas medidas mas, de facto, tudo isto também depende da capacidade financeira dos proprietários, de uma banca pública que financie efetivamente a reabilitação e o investimento e aí, certamente, teríamos um parque habitacional e de edifícios também de comércios e de serviços noutras condições em vez de termos espaços abandonados no interior dos nossos centros urbanos e não só,

Portanto, Sra. Presidente, procurei contribuir para o esclarecimento de mais algumas questões e disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente. Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos então votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezasseis da CDU e oito do PS, e cinco votos contra (três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**
"Ponto número três Sr. Presidente, Derrama, por favor."

PONTO TRÊS – Derrama – Taxa a aplicar em 2017

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente a proposta tem aqui um quadro com, digamos, os valores da Derrama que têm sido arrecadados desde dois mil e doze até dois mil e dezasseis e o que se pretende, à semelhança do ano anterior, é que se aplique a taxa de um e meio por cento a empresas com um volume de negócios em dois mil e dezasseis que ultrapasse os cento e cinquenta mil euros e mantermos a isenção para empresas com um volume de negócios que em dois mil e dezasseis não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros que é uma discriminação positiva para as micro e pequenas e médias empresas.

Resta dizer que o valor da Derrama tem vindo baixar, infelizmente este ano tem um desvio negativo, também, que nos deixa intrigados eventualmente com a reposição ou com a devolução de alguma arrecadação mal feita nos anos anteriores que a Autoridade Tributária ainda não conseguiu explicar ao Município, mas houve um desaparecimento de quinhentos mil euros nas previsões, ainda assim o que nós gostaríamos é que a atividade económica entrasse numa velocidade e num maior dinamismo porque estamos a falar de um imposto sobre o lucro das empresas e gostaríamos, de facto, que as empresas tivessem lucro, era bom sinal.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta?

Tem a palavra o PS por favor."

O **Sr. Tiago Machete do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

É uma intervenção muito curta sobre a Derrama e gostaríamos apenas de dizer que esta proposta é uma proposta que o Partido Socialista defende há anos, porque beneficia as pequenas empresas e concordamos com aquilo que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer, portanto o Partido Socialista votará a favor desta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Outras intervenções?

Não há?

Tem a palavra Carlos Vitorino por favor, PSD/CDS."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite novamente, só para referir que votaremos favoravelmente visto termos já, através do nosso Vereador, no passado ido neste sentido, portanto o nosso voto será favorável à proposta.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Também é só para dar nota que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a proposta da Câmara Municipal para a Derrama.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Não havendo mais intervenções vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente, tem a palavra."

PONTO QUATRO – Participação variável no IRS para 2017

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Trata-se da participação variável do IRS para dois mil e dezassete, nos termos do vigésimo sexto da lei das finanças locais o município tem direito a em cada ano a uma participação variável até cinco por cento do IRS dos sujeitos passivos que aí tenham o seu domicílio fiscal, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculado sobre a coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo septuagésimo oitavo do Código do IRS. A referida participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida e comunicada à Autoridade Tributária até trinta e um de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Recorde-se que a participação direta no IRS prevista desde a entrada em vigor da lei número dois de dois mil e sete, de quinze de janeiro, isto é importante recordar, destinou-se a compensar, em parte, a redução das restantes componentes das transferências do Orçamento de Estado para os municípios, que passaram, com essa lei, imagine-se quem é que estava no Poder nessa altura, de trinta virgula cinco por cento para vinte cinco virgula três por cento e atualmente essa participação situa-se nos dezanove e meio por cento. Portanto foi dito que esta participação era para compensar o incumprimento sucessivo pelos vários Governos da Lei das Finanças Locais.

No município de Palmela a receita proveniente da participação no IRS tem tido o seguinte comportamento no orçamento municipal:

Em dois mil e doze andava pouco mais do que dois milhões e quinhentos mil euros, em dois mil e quinze atingiu os três milhões cento e dezoito mil euros e estima-se para dois mil e dezasseis três milhões cento e cinquenta e um mil euros.

De acordo com a proposta de Orçamento de Estado para dois mil e dezassete, o valor relativo à participação do município de Palmela no IRS será dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil e vinte e sete euros, menos seis vírgula oito por cento do que se prevê arrecadar no ano de dois mil e dezasseis.

Assim, nos termos da legislação aplicável o que se propõe é que a Assembleia Municipal aprove a participação variável no IRS de cinco por cento relativa aos rendimentos de dois mil e dezasseis dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Palmela.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta proposta.

Quem deseja intervir?

Tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Também sobre este tema, e sobre a Derrama, temos diferenças de há anos em relação à CDU e, como tal, pelas razões que sempre aludimos defendendo que o município podia ir aqui também mais longe, não votaremos favoravelmente esta proposta, votaremos contra."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sempre foi posição do Bloco de Esquerda que esta medida de levar as Câmaras a terem o ónus da descida do IRS com esta participação de cinco por cento, ou quatro por cento, ou três por cento, achamos que desvirtua o sentido deste imposto e portanto não cabe à autarquia estar aqui a fazer o papel que é obrigação do Governo ou neste caso do Estado Central.

Disse Sra. Presidente e para dizer que votaremos favoravelmente este proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Dou a palavra ao Partido Socialista."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"No tocante à participação variável do IRS aqui no município, efetivamente, é uma proposta que nos diferencia, a nossa proposta vem naquilo que já também referi no IMI seria uma conjugação de um pacote de devolução de dinheiro aos contribuintes numa forma simples colocada assim em que devolveríamos aqui também um por cento e aqui há efetivamente essa diferença, pelo que votaremos contra.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado de me dar oportunidade, ainda assim, de procurar agora justificar mais politicamente esta opção.

Com efeito o IRS é um imposto nacional, não devia de haver esta diferenciação, eu penso que a conjugação de esforços que tem de haver ao nível da Assembleia da Republica e por parte de todos os partidos é mexer no código do IRS e, de facto, acabar porque ainda não chegamos, ainda nem recuperamos do brutal aumento de impostos com que os portugueses foram brindados com sobretaxas em Governos anteriores, e, portanto, é esse caminho que tem que ser primeiramente trilhado.

Depois volto a referir um argumento que não é de somenos importância, isto não se trata de um ranking a ver quem é que devolve mais, se nós precisamos de dinheiro para investir nas funções sociais, os municípios estão preocupados se devolvem zero vinte cinco, um por cento, etc., etc., não nós temos é que aplicar bem esse dinheiro e eu queria recordar que não me parece que seja justiça social prescindir de uma verba que é por direito próprio da autarquia, e para compensar cortes na lei das finanças locais, mas sim o que nós devemos fazer é utilizá-la em ações, em apoios sociais, em investimentos, sobretudo para quem mais precisa.

Uma devolução desta natureza devolve mais a quem menos precisa porque, naturalmente, se pagou mais IRS é porque tem muito mais rendimentos do que pessoas que têm menos IRS. Não vale a pena voltar aqui a exercícios que já fiz em dois anos anteriores, em que tendo a estimativa de agregados familiares com um, dois ou três filhos que ganham dois mil e quinhentos euros por mês, novecentos euros, etc., etc., para ver quanto é que se devolvia, coisas que vão desde vinte euros e sete cêntimos a sessenta e seis euros ou a noventa euros, e eu quero recordar que há vários programas que o município disponibiliza desde logo para as crianças do primeiro ciclo e do pré-escolar que só num mês as famílias beneficiam com um conjunto de serviços e de usufruto de práticas, que vão desde o "Aprender a Nadar" a outras discriminações positivas, que ultrapassam em muito aquilo que um agregado poderia beneficiar.

Gostaria de recordar-vos que esta receita é indispensável, baixou nesta perspetiva para dois mil e dezassete seis vírgula oito por cento, está muito abaixo naquilo que o município investe nas funções sociais, teremos oportunidade de ver daqui a pouco no nosso Orçamento, sim, porque, o conjunto da participação do município do conjunto dos impostos do Estado e que vem através das transferências do Orçamento do Estado para o município destina-se a ser investidas em várias funções, entre as quais as funções sociais e só na educação nós ultrapassamos os três milhões e quinhentos mil euros. Este dinheiro ficando no município é, certamente, bem empregue e vai, certamente, beneficiar as famílias através de um conjunto de investimentos, de práticas e de ações que estão integradas nas funções sociais que teremos oportunidade de discutir daqui a pouco.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (dezasseis da CDU e dois do BE) e onze votos contra (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PS para uma Declaração de voto."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"O Partido Socialista votou contra esta proposta, no seguimento daquilo que foi apresentado em reunião de executivo. Aplicaríamos evidentemente, devolveríamos, assim um por cento daquilo que é esta taxa, a participação variável no IRS para dois mil e dezasseis, contribuindo assim para uma ação política mais justa, aliviando os munícipes e mantendo a saúde financeira do município, era uma proposta exequível.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Vamos passar à proposta seguinte Sr. Presidente."

PONTO CINCO – Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Do ponto de vista formal a proposta de Orçamento para o ano económico de dois mil e dezassete e Grandes Opções do Plano mantém a estrutura adotada a partir de dois mil e quinze a qual, recorde-se, para além da adaptação a exigências da nova Lei das Finanças Locais incluiu outras inovações por opção do executivo.

Permanece a impossibilidade de apresentar a plurianualidade do orçamento, em virtude de se continuar a desconhecer os elementos que devem constar do documento a elaborar, por ausência de regulamentação específica, a qual deveria ter sido publicada pelo Governo cento e vinte dias após a publicação da nova Lei das Finanças Locais conforme o artigo, quadragésimo sétimo.

Ainda, neste âmbito, importa referir que os documentos previsionais foram elaborados de acordo com classificador e normas do POCAL, em virtude de o Governo ter adiado para dois mil e dezassete a aplicação do regime previsto no Decreto-lei número cento e noventa e dois de dois mil e quinze, de onze de setembro, que aprovou a criação do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

Relativamente ao contexto económico e financeiro este continua a ser marcado pela incerteza e por um crescimento incipiente dos indicadores económicos, como detalhadamente se demonstra no "Relatório de Enquadramento da Política Orçamental" que consta na proposta de Orçamento para o ano económico de dois mil e dezassete e GOP - Grandes Opções do Plano dois mil e dezassete a dois mil e vinte.

Sumariamente poder-se-á afirmar que, nem o histórico dos últimos três anos, nem as projeções de crescimento da economia nacional, em particular dos setores que mais diretamente influenciam as receitas municipais, permitem perspetivar um crescimento nos próximos anos do orçamento municipal muito acima dos quarenta milhões de euros.

Ainda assim, registam-se os seguintes factos que irão influenciar o desempenho das contas do município, quer negativa, quer positivamente.

Como aspeto positivo destaca-se a decisão do atual Governo de manter na órbita municipal o IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, medida que, associada ao desempenho deste imposto nos últimos anos, permite não só eliminar uma séria ameaça ao equilíbrio das contas do município, recorde-se que o anterior Governo não previu nenhuma medida séria para compensar os municípios da perda deste imposto, como reforçar o compromisso assumido no presente mandato de reduzir progressivamente a carga fiscal das famílias, em particular em sede de IMI.

A conclusão dos pagamentos em atraso à AMARSUL em dois mil e dezasseis constitui o segundo facto positivo nós estamos a um mês de limpar estes pagamentos em atraso que merece referência, por atestar a capacidade da autarquia de honrar os seus compromissos, neste caso de dívida vencida, e por permitir, já em dois mil e dezassete, libertar mais recursos para a atividade e para o investimento.

Do ponto de vista negativo destaca-se o comportamento da Derrama que terá, por força de anulações relativas a cobranças de anos anteriores e devido ao débil crescimento da economia, um resultado abaixo do esperado em dois mil e dezasseis. Acresce que, em virtude da forte dependência deste imposto do desempenho da Autoeuropa, os resultados em dois mil e dezassete e dois mil e dezoito poderão ser ainda inferiores.

Em suma, podemos concluir que as opções de gestão tomadas nos últimos anos de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras se revelaram as mais corretas e permitem hoje ao município dispor de uma saúde financeira invejável no atual quadro nacional, atestada pela melhoria constante dos principais indicadores económico financeiros, pela ausência de pagamentos em atraso, pelo aumento da capacidade de endividamento e pela inexistência de qualquer constrangimento legal ao exercício das suas competências.

Finalmente, importa assinalar um dos principais elementos diferenciadores da proposta de orçamento dois mil e dezassete face aos anteriores exercícios do presente mandato: o aumento significativo do investimento.

De facto, apesar das receitas ordinárias receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais se situarem nos quarenta milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de quarenta e cinco milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao "Portugal 2020", cujo ciclo de execução se iniciou no segundo semestre do corrente ano, e de transferências do estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central a executar pelo município. As despesas com investimento situam-se nos sete, vírgula nove milhões de euros no orçamento inicial e tenderão a crescer para os doze milhões com a inclusão do empréstimo de médio e longo prazos, que o município pretende contratar para financiar a componente nacional das candidaturas ao "Portugal 2020", e também com a inclusão do saldo de gerência.

O Orçamento apresenta um valor global de quarenta e cinco, vírgula quinhentos e sessenta milhões euros, o que representa um aumento de sete, vírgula, um por cento relativamente ao orçamento inicial de dois mil e dezasseis e uma diminuição de cinco vírgula seis por cento face ao orçamento em vigor.

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza dezanove, vírgula três milhões de euros, registando uma diminuição de cinco vírgula sete por cento, no entanto continua a ser o capítulo com maior peso no total da receita (quarenta e dois vírgula quatro por cento). O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), calculado com base na média dos últimos vinte e quatro meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.
As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado totalizam oito, vírgula um milhões de euros e representam dezassete, vírgula oito por cento do total das receitas orçamentadas.

Os capítulos de Impostos Indiretos e de Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de um, vírgula nove milhões de euros, representam quatro, vírgula, um por cento do total das receitas.

Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de nove, vírgula quatro milhões de euros, representa vinte, vírgula sete por cento do total das receitas e representa uma diminuição de treze, vírgula, um por cento relativamente a dois mil e dezasseis.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: vinte e quatro, vírgula seis milhões de euros (cinquenta e quatro vírgula um por cento), dos quais sete, vírgula nove milhões correspondem a investimento (dezassete vírgula três por cento);
- Pessoal: dezoito, vírgula oito milhões euros (quarenta e um vírgula três por cento);
- Despesas não imputadas às Grandes Opções: dois vírgula dois milhões euros (quatro vírgula seis por cento).

As despesas com Pessoal diminuem zero, vírgula três por cento relativamente ao orçamento inicial de dois mil e dezasseis, e as despesas não imputadas às GOP sofrem um ligeiro acréscimo de um por cento, face aos documentos previsionais iniciais.

Muito importantes as receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de quatro vírgula um milhões de euros, que financia despesas de capital, significa que é redirecionado para investimento, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental do POCAL. A regra do equilíbrio orçamental é igualmente cumprida, existindo um diferencial positivo de dois vírgula três milhões de euros.

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de cerca de trinta e um vírgula oito milhões de euros, dos quais vinte e quatro vírgula seis milhões com financiamento assegurado, aumentando catorze vírgula dois por cento quando comparado com o ano passado.

Depois citaria apenas aqui os grandes números:

- Funções Gerais três milhões duzentos e noventa e cinco e trezentos;

- Funções Sociais quinze milhões, oitocentos e quarenta e oito, ponto cento e oitenta e quatro;
- Funções Económicas, três milhões cento e noventa e um, quinhentos e oitenta e oito;
- Outras Funções dois milhões trezentos e nove.

As Funções Sociais abrangem as áreas de intervenção mais diretamente relacionadas com a satisfação das necessidades básicas do quotidiano dos munícipes, educação, saúde, ação social, habitação, serviços coletivos, cultura, saneamento, abastecimento de água, residios sólidos constituem a maior fatia do investimento municipal com um total de quinze milhões oitocentos e quarenta e oito cento e oitenta e quatro euros, um aumento de vinte e um vírgula quarenta e um porcento relativamente a dois mil e dezasseis.

As Funções Sociais estão imputadas direta e indiretamente sessenta e quatro vírgula trinta e um por cento das Grandes Opções.

Destacávamos na Educação:
- A qualificação do Parque escolar, um forte investimento, ampliação e requalificação de Escolas de Aires, Águas de Moura I, Matos Fortuna, Quinta do Anjo, Cabanas, Palmela II, muitas intervenções em espaços de jogo e recreio e outras beneficiações.
- Transferências para as Juntas de Freguesia ao abrigo dos acordos de execução;
- Apoios socioeducativos para além de constituir um importante apoio às famílias, regista-se como inovação a criação do transporte escolar para crianças das zonas rurais de Marateca e Poceirão que frequentam o pré-escolar da rede pública;
- O alargamento do regime da fruta escolar ao pré-escolar;
- Manutenção do auxílio económico em sessenta e cinco euros para ambos os escalões;
- As crianças do primeiro ciclo beneficiam de ação social escolar, isto apesar da atribuição gratuita por parte do Ministério da Educação dos Livros do 1º ano.

Na saúde, naturalmente, para além de um conjunto de ações em parceria com o ACES Arrábida também na saúde ocupacional, também com instituições locais, o destaque vai naturalmente para a grande obra da unidade de cuidados primários de saúde Pinhal Novo Sul, um contrato programa que determina que o Ministério da Saúde terá de financiar a construção de equipamento num milhão cento e oitenta e quatro mil euros embora seja o Município que tenha concorrido aos cinquenta porcento dos fundos comunitários, pois a Câmara naturalmente suportará, os projetos já suportou, já estão feitos arquitetura, especialidades lançamento de empreitada, fiscalização, acessos, estacionamentos, infraestruturas, ligações, águas, esgotos, eletricidade, telefones, arranjo e manutenção dos espaços exteriores.

Na Segurança e Ação Social, o município continuará a privilegiar intervenção junto de grupos de risco, reforço do trabalho em parceria no âmbito da rede social, o programa municipal de apoio à pessoa idosa continuará a ter grandes desenvolvimentos e outros projetos que contribuem para a integração social lazer e qualidade de vida dos cidadãos de Idade Maior.

Na Habitação e Serviços Coletivos integra medidas que vão da habitação ao Planeamento Urbanístico, saneamento, abastecimento de água, manutenção de espaços verdes e higiene urbana este setor da atividade municipal terá uma dotação de sete, vírgula oito milhões de euros.

No Centro Histórico várias obras de requalificação de espaços públicos, iluminação de barreiras arquitetónicas, requalificação de espaços públicos iluminação de barreiras arquitetónicas requalificação de infraestruturas e pavimentos como é o exemplo da Serpa Pinto, Capela de São João Batista, Salão Nobre dos Paços do Concelho, antigo Edifício da PAL, o antigo edifício da GNR para reservas museológicas, largo do Chafariz, Av. 25 de Abril, enfim são muitos, prosseguem o financiamento municipal de obras de conservação de Imóveis o FIMOC, falei ainda há pouco, o Duas Demãos por Palmela.

No Saneamento, uma obra de vulto, a regularização da Ribeira da Salgueirinha, já levamos dois anos de intenso trabalho, ainda não foi publicada a portaria de extensão de encargos vamos lá a ver se acabam a

discussão do OE para o Sr. Ministro fazer publicá-la para assinarmos o contrato. Depois diversas empreitadas de ampliação e remodelação de Rede de Esgotos Pluviais serão concretizadas em diversas zonas do concelho, são de facto centenas de milhares de euros em obras de remodelação e prolongamentos, mas destacamos também investimentos cujos projetos estão a ser desenvolvidos em Cajados, Miraventos, Quinta Tomé Dias, Asseadas, Lagoa da Palha, Palhota, Venda do Alcaide, Carregueira e Fonte da Vaca.

Na Infraestruturação Geral há, de facto, várias ações relacionadas com conclusão de infraestruturas em loteamentos inacabados desde Vale Flores que há de ter uma segunda fase, desde o Loteamento da Graúda que já tem o concurso público a decorrer, mas há aqui compromissos de mandato que destacaria, a Infraestruturação da Rua Zeca Afonso e Travessa do Limoeiro no Bairro Alentejano tinha começado com cerca de cem mil euros já vai em duzentos e tal, porque aquilo é muito mais complexo mas está a avançar.
Na Lagoinha, segunda fase tem nove fases de intervenção e será uma intervenção que ultrapassará um milhão de euros, terá que ser programada para os anos seguintes mas temos obra para o ano e temos obra nos anos seguintes. A Quinta do Sobral e Canastra, a primeira fase, e consolidação da Encosta do Outeiro, são tudo processos que terão desenvolvimentos também em dois mil e dezassete.

No Reforço de Abastecimento de Água estamos num programa de várias remodelações, mas estamos também já a pensar em novos furos na Quinta do Anjo, na Asseiceira, requalificação de redes, reservatórios, estação de tratamento, enfim muito investimento na telegestão. Nós aderimos recentemente ao projeto do IPERDAS do LNEC, gestão de perdas, somos dos poucos municípios que acabaram de concluir a gestão patrimonial o plano de controlo e qualidade das infraestruturas, vamos no próximo ano no âmbito da AIA, com mais municípios em parceria, aderir ao Plano de segurança da água, são tudo medidas importantes para sustentar o futuro e continuarmos a ter bons indicadores enquanto entidade gestora.

Nos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana o grande objetivo consiste na melhoria da eficiência e da qualidade do serviço prestado, esperamos não ter mais acidentes de percurso com novos prestadores de serviço porque felizmente nos circuitos que são realizados pela Câmara, apesar das nossas brigadas estarem debilitadas, este foi um ano em que praticamente não houve problemas, curiosamente houve problemas com o *outsourcing*, mas temos vários estudos que implicam também o recurso aos meios académicos e à investigação que tem que ver com a revisão e racionalização dos circuitos de recolha, o reforço da lavagem de contentores, que está previsto no novo contrato, o reforço da varredura mecânica e procuraremos ter em dois mil e dezassete em funcionamento um centro de transferência de resíduos de Pinhal Novo para um projeto-piloto em que se convida os moradores a levarem os monos a um local em vez de os abandonarem ao lado do contentor.

Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza, bom, este título integra sobretudo as ações de manutenção e beneficiação de espaços verdes e requalificações de espaços exteriores e de lazer e queremos aqui destacar a Terra do Pão em Palmela que a obra está para ser consignada, o Parque Verde Urbano de Pinhal Novo, que procuraremos lançar estudo prévio e projeto mas que depois também só pode materializar-se quando a obra de intervenção na Ribeira da Salgueirinha já estiver em desenvolvimento, a Quinta do Outeiro em Palmela e o Parque de São Gonçalo em Cabanas que aliás faz parte, assim como as Grutas da Quinta do Anjo, o Alto da Queimada, etc., do PraArrábida as tais candidaturas que foram apresentadas em outubro.

Na Cultura a atividade é imensa e devem-na sobretudo à forte dinâmica das Associações e Coletividades locais, mas o município continua a ter eventos de referência, ora realizados por sua exclusiva iniciativa mas procuramos sempre continuar a promover as parcerias e dois mil e dezassete será ano de FIG que destacamos, continuação dos apoios às festas locais, aos projetos comunitários, os programas municipais teatro, dança e musica, programação de arte em rede, Dia do Concelho, conclusão da sinfonia de Palmela, Festival Concelhio de Folclore e outras novidades que hão de aparecer que estão a ser preparadas também pelos nossos serviços e no fundo também respondendo a propostas das próprias associações do nosso concelho. Será também o ano do Décimo Quinto Curso sobre as Ordens Militares, o serviço educativo do Museu estenderá certamente a sua atividade, até porque há novos núcleos e maletas pedagógicas em desenvolvimento.

Na área da Juventude vou aqui apenas citar os projetos Março a Partir e Agir de Corpo Inteiro, entre outros.

Desporto, Recreio e Lazer, para o ano, neste âmbito, queremos aqui destacar a realização da primeira edição de uma prova ciclística internacional a Clássica da Arrábida, são os três concelhos da Arrábida com a Federação Portuguesa de Ciclismo, só há uma prova deste género em Portugal que é a volta ao Algarve e esta poderá ser uma clássica que atrairá aqui mais atenção para a região da Arrábida. Depois há vários programas, projetos de desenvolvimento desportivo, ciclismo, judo, ginástica, basquetebol, atletismo, vamos juntar a natação, vamos iniciar a preparação de programas de desporto adaptado e da orientação, que é uma modalidade que já tem tradições no nosso concelho e que merece também um programa de desenvolvimento desportivo. O município mantem a atribuição de apoio ao associativismo no âmbito do regulamento, há um conjunto de Contratos Programa que também depois traremos à Câmara para aprovação.

Nas Funções Económicas uma dotação de três pontos nove milhões de euros, isto tem que ver sobretudo, quando se fala das funções económicas, com os setores da energia dos transportes, entra aqui a iluminação pública, transportes, comunicações, comércio e turismo. Neste setor também de indústria e energia o município aderiu ao pacto dos autarcas, tem vindo a investir no plano de ação para a energia sustentável de Palmela, são várias as candidaturas a fundos comunitários para eficiência energética em edifícios públicos, em escolas, climatização do Cine Teatro S. João, substituição de luminárias, iluminação led, painéis fotovoltaicos, enfim uma grande revolução que certamente irá desenvolver-se entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte.

Transportes e Comunicações, a Rede Viária continua a ser uma área de investimento prioritário, novas pavimentações, melhoria da segurança rodoviária e pedonal. Destaco aqui o Projeto HUB10, que inclui a rotunda na Penalva a repavimentação da estrada de Vila Amélia primeira fase e depois a repavimentação da estrada dos quatro Castelos, com ligações clicáveis. Repavimentações em todas as freguesias, Bairro das Pegarias, Nova Alcaide, Azinhaga Mata Mouros, segunda fase, Assunção Piedade e outras que entretanto entraram no âmbito do Eu Participo! e que daremos nota a partir de dia cinco. Destaque ainda para a segunda fase da ecopista de Pinhal Novo com a ligação ao concelho do Montijo e da, ciclovia de Quinta do Anjo, cujos projetos estão em elaboração e que terá uma primeira fase.

Comércio e Turismo, várias iniciativas de promoção e incentivo à economia local com relevo para os produtos locais, os projetos mais emblemáticos serão no próximo ano o PraArrábida e o Almenara, no âmbito das operações cofinanciadas pelo Portugal 2020. Haverá também neste setor uma importante requalificação da sede da Associação de Cultura e Recreio de Fernando Pó, o centro nevrálgico do Centro Rural Vinum e da Mostra de Vinhos do Fernando Pó.

Nos projetos de Participação e Cidadania desenvolveremos o Plano Municipal da Igualdade de Género, Eu Participo!, (A)Gente do Bairro e o Plano infantil e Juvenil de Participação também terá novos desenvolvimentos.

Por último trata-se de um Orçamento rigoroso, realista, que aumenta a capacidade de investimento municipal e traduz por outro lado uma boa saúde financeira, permitindo o recurso ao crédito como instrumento de gestão para reforço do investimento e da capacidade de execução de novas empreitadas.

Será, de facto, um ano, também, marcado pelo início de importantes empreitadas, de investimentos até da responsabilidade da Administração Central que protocolámos, que só foram possíveis com grande empenho e disponibilidade da autarquia para soluções com responsabilidades partilhadas, o município lança projetos, elabora, lança concursos, administra obras no terreno, Unidade de Cuidados de Saúde de Pinhal Novo, Regularização da Ribeira, consolidação das Encostas do Castelo de Palmela uma obra complexa.

Mantém-se no entanto a convicção que este Orçamento corresponde ao que o atual quadro económico e financeiro possibilita no contexto de alguma retoma, mas ainda sem grande tradução no investimento privado e nos orçamentos familiares, sendo ainda necessário os novos passos de investimento público para dinamização das economias locais.

As GOP, para dois mil e dezassete, integram todos os investimentos que constituem compromisso do mandato, é evidente que muitos já foram, felizmente, executados mas aqueles que faltavam mas para além do plano de mandato, eles vão além do plano de mandato, com incorporação de novas ações que tem que ver com a dinâmica do território, novas necessidades e aspirações das populações e também aquilo que nos vai chegando através dos processos participativos. Num contexto de estabilização das receitas acho que, ainda assim, podemos adjetivar como um orçamento corajoso que aproveita a disponibilidade de financiamentos comunitários no âmbito do Portugal 2020, nos domínios da mobilidade, eficiência energética, equipamentos coletivos, inclusão social, porque temos projetos como o PRIA, como o Combate ao Abandono Escolar, etc., que terão desenvolvimentos nos próximos anos e património, entre outros, investimentos que exigiram cofinanciamento do município e reforçaram a sua capacidade competitiva do território potenciando os seus recursos e mais-valias.

Permitia-me para terminar, Sra. Presidente, de remeter os Srs. Membros da Assembleia para a consulta aqui de alguns quadros e de alguns indicadores:

- Estabilização da receita, a página zero cinco, descida dos impostos indiretos capacidade de endividamento, aumentamos a margem disponível de trinta e cinco para trinta e nove milhões temos uma margem utilizável que também cresce, chamaria também a vossa atenção nestas matérias do endividamento para se perceber como as opções têm sido corretas que permitem hoje ter este otimismo para o que consta na parte superior da página oito, depois um forte investimento também através da locação financeira na remodelação do parque de máquinas de trabalho e de viaturas.

- Indicadores sobre o Investimento, remeto as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia para as páginas vinte e um e vinte e dois, será de facto um ano marcado pelo arranque de grandes investimentos que podem chegar aos doze milhões oitocentos e quarenta e dois mil euros, sendo que no orçamento inicial está nos sete ponto nove.

- No Pessoal as despesas estabilizam, há ainda sempre os problemas dos aumentos da ADSE e dos encargos de saúde, era bom que aprovassem algumas propostas da esquerda, no Orçamento de Estado.

- Indicadores de investimento, a regra do equilíbrio orçamental, funções sociais.

- Página oito Capacidade de Endividamento na Receita, queria aqui destacar o facto do município para além de estar a baixar o IMI tem baixado um conjunto de outras taxas para incentivo à fixação de empresas e economia, as tarifas de água, saneamento e resíduos que somos dos mais baratos do país, dos mais baratos da Área Metropolitana de Lisboa para a média dos cento e cinquenta metros cúbicos, sofrem apenas da inflação por imposição da ERSAR, portanto não há aumentos, as taxas descem, desce também a taxa de ocupação de subsolo, aliás falaremos daqui a pouco das questões das tabelas de taxas, aumentam as transferências para as Juntas de Freguesia e o capital em dívida dos empréstimos, dado os pagamentos que temos feito e alguns até que temos antecipado, também descem sendo que os juros naturalmente acompanham essa descida quer porque temos menos dívida quer porque também tem havido uma Euribor negativa, também é preciso dizer a verdade neste aspeto.

Só terminar com uma referência é que a percentagem de esforço de investimento nas funções sociais volta a aumentar e cifra-se nos sessenta e quatro vírgula trinta e um por cento.

Por ora disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre a proposta do plano, quem deseja intervir?

Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Membro Bruno Grazina, por favor."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Senhoras e senhores, lamentavelmente grande parte dos presentes já estão visivelmente entediados depois deste exercício de *"filibuster"* do Sr. Presidente, mas vamos ao que interessa.

A proposta de Orçamento para dois mil e dezassete, ora apresentada pela maioria CDU, parte de um quadro global de consolidação da situação financeira do Município com estabilização da receita assente num crescimento daquilo que foi o Orçamento de Estado num contributo também igualmente da procura interna.

Saudamos a política de investimento, lamentando contudo que este aumento seja apenas consubstanciado no último ano do mandato, o que pode indicar também uma mudança de paradigma com o aproximar do novo ciclo eleitoral, mas se daí resultar melhorias para a população tudo bem.

O voto do Partido Socialista relativamente a este Orçamento, é o voto responsável de uma oposição que não pretende bloquear a ação executiva, distinguindo-se com propostas alternativas, exequíveis e complementares numa atitude de contribuir para a qualidade de vida das populações de acordo com o mandato que nos foi confiado.

Assim, a Bancada do Partido Socialista irá abster-se na Proposta de Orçamento e GOP's, tendo em conta que este orçamento apresentado pela CDU, que governa em maioria absoluta no município de Palmela, não seria o orçamento que o PS apresentaria se fosse poder, isto porque acreditamos no contributo de todas as forças políticas como forma de dignificar a democracia.

Divide-nos, também, o IMI que apesar da redução da taxa de zero quarenta para zero trinta e oito setenta e cinco, que votamos favoravelmente, o não acolhimento em sede de Orçamento da proposta do PS de redução da taxa em função do número de dependentes a cargo, o chamado IMI Familiar, proposta esta inscrita na última reunião de executivo é um sinal de inflexibilidade que do nosso ponto de vista não deveria acontecer quando a estrutura da receita não se encontra claramente ameaçada.

De novo a maioria também não abdica de parte da totalidade da participação variável do IRS dos sujeitos passivos que poderia fazer, a descida dessa percentagem que cabe aos municípios também proposta pelo PS no seu programa eleitoral, e traduzido em propostas para dois mil e catorze de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis e também em dois mil e dezassete, não teria grande impacto na receita de orçamento municipal que aliás prevê arrecadar dois milhões novecentos e trinta e cinco mil e vinte cinco euros.

Seria também um sinal, e mais que um sinal, uma prova inequívoca de que as pessoas estão primeiro e que cabe também ao Poder Local a solidariedade com os seus munícipes. Em síntese a maioria detentora de uma maioria absoluta que é legítima mas que não consegue acolher as propostas e sugestões de uma opção responsável que acompanha os dossiês, que mostra trabalho apresentando propostas exequíveis e que tenta dar o seu humilde contributo para a melhoria das condições da vida dos munícipes, não nos resta outra opção se não a abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais intervenções?

Tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Parafraseando alguém, até em termos nacionais, este não é o nosso orçamento e como tal, embora, contendo algumas propostas, nomeadamente nas GOP's, cumprindo promessas que a CDU fez há mais de vinte anos, e que já demos aqui o exemplo da célebre estrada da Coca-Cola e que tenho que aqui parabenizar o Sr. Presidente por ter avançado com esse projeto conjunto com as outras Câmaras dos

concelhos limítrofes, tem este orçamento algumas obras, que nós defendemos também há muitos anos, isso não nos impede de sendo favorável às obras termos que votar favoravelmente o Orçamento.

Efetivamente em campanha eleitoral, parece que já estamos quase todos, não é? Não é só a CDU que está até a nível nacional também já se está em campanha autárquica, respondendo ali ao meu colega Bruno Grazina.

Congratulamo-nos com algumas das medidas, continuamos a fazer a crítica que quer no saneamento, quer nas infraestruturas, sempre defendemos uma calendarização e uma maior ordenação das obras de modo a reduzir custos e defendemos isso há muitos anos, não vamos aqui repetir todos os anos a mesma coisa.

No que diz respeito às nossas divergências são também aquelas das propostas anteriores e que votámos contra. Gostaríamos também de algumas medidas, a maior dinamização dos mercados também.

O Sr. Presidente deu aí o exemplo do projeto "Aprender a Nadar" que tem uma módica quantia de dois mil e tal euros e, portanto, não foi um bom exemplo quanto a nós desse tal apoio às famílias. Relembrando aqui que trouxemos pela primeira vez a esta Assembleia, foi o PSD/CDS que trouxe, o IMI Familiar, portanto, embora não tendo sido aceite essa proposta este ano resolvemos não a trazer aqui porque não vale a pena estar a insistir no que os outros não concordam e já a trouxemos durante dois anos.

Relativamente ao que está no Orçamento, também agregado a ele, nos instrumentos de gestão previsional do Palmela Desporto, também é conhecida a nossa opinião sobre a gestão da Palmela Desporto. Não estamos a pôr em causa, quer os trabalhadores, quer a direção do Palmela Desporto, mas continuamos sem acreditar neste balanço e demonstração previsionais e que têm como fundamento pressupostos que no nosso entender não se vão concretizar. Tem também aqui trabalhadores precários e quando somos contra a precaridade devemos praticar também no terreno. Congratulamos, também, aí sim no Palmela Desporto, a tentativa de um investimento em novos painéis solares nas piscinas e nalguns pormenores técnicos. Em todo o caso continuamos sem concordar, embora o Sr. Presidente vá dizer que isto é uma medida social e que tem o apoio da Câmara mas, com tudo isso, consideramos que a gestão do Palmela Desporto a ser feita por nós não seria deste modo e, portanto, face também ao parecer do próprio ROC, que este ano não aponta tão concretamente a falta de constituição de provisões para alguns litígios, existem algumas duzentos, trezentos mil euros, e o senhor já justificou não fazer mais porque considera que o município vai ganhar as ações mas, mesmo assim, o ROC este ano não põe muito ênfase neste seu parecer, mas penso que manterá o mesmo pensamento.

Bem, quero dizer que há alguns arruamentos que continuam ainda por fazer em áreas urbanas, mormente em Cabanas e noutras localidades. Concordamos com o orçamento participativo mas não só, pensamos que a Câmara deve fazer o melhor planeamento na gestão e no planeamento da feitura dessas obras com vista à redução de custos de execução das mesmas, embora reconhecemos que tem havido um avanço, nem tudo é mau, não somos daqueles que por não estarmos no poder dizemos que tudo é negativo.

Em todo o caso, como vos disse por várias razões incluindo as que mencionei as que temos mencionado noutros anos, não votaremos favoravelmente este Orçamento realçando e ressalvando que concordamos com algumas destas obras e que talvez não as fizéssemos do mesmo modo, da mesma maneira, e com o mesmo valor de investimento, porque com certeza como defendemos planearíamos melhor, executaríamos melhor e pouparíamos mais."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Nós, no Bloco de Esquerda, consideramos que este Orçamento emana, como já aqui foi dito, da maioria absoluta que a CDU detém na Assembleia Municipal e por conseguinte no executivo da Câmara, portanto, dizer que enaltecemos o aumento das dotações nas funções sociais e que nós consideramos que não sendo possível fazer muito mais devido às restrições ou às regras do POCAL era possível fazer diferente. Por isso,

vou concluir Sra. Presidente que a nossa posição será a de votar abstendo-nos na proposta de Orçamento ou das GOP para o ano de dois mil e dezassete.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Tem a palavra CDU, António Mestre."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite a todas e a todos.

Sra. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes que já são um bocadinho menos agora do que quando iniciámos os trabalhos.

A ponderação aqui entre intervir, ou não intervir, sabendo-se o sentido de voto da CDU tem mais a ver com algum realismo, e menos com algumas ideias e alguma preparação de campanha eleitoral que, efetivamente, já acontece.

Bruno, eu vou ser muito direto, não a querendo citar podia ter falado dela há bocadinho, quando falámos de Rio Frio, mas se for caso disso ainda lá iremos para perceber que estamos todos em campanha, porque um post seu, há bocadinho, quando agora louvou os trabalhadores dizendo que se exige mais às Autarquias Locais para intervir aqui, parece-me que é já campanha eleitoral. Se for necessário eu tenho aqui o seu post, portanto podemos todos partilhar.

O que eu queria dizer é que acho giro, apesar deste giro não me dar para rir, que os votos contra sejam quase todos alicerçados no "não me fizeram a vontade". O que aconteceu aqui foi ouvirmos um conjunto de declarações a dizer, "não me fizeram a vontade nas propostas que eu fiz, portanto voto contra", eu também tenho uma miúda de cinco anos e sei como é que isso se chama: "birra".

Em último lugar houve aqui, efetivamente, votos e abstenções que eu acho que tinham algum sentido positivo, que é reconhecer mas mantemos a nossa coerência. Por acaso choca-me, efetivamente, a posição do Partido Socialista ter estado alicerçada, acho que na sessão de Câmara foi mais construtiva, efetivamente, porque mostrou visões e, efetivamente, o mundo é feito de visões, os eleitores pronunciam-se sobre visões deste Mundo. Aqui tenho pena que tenha ficado mais por "nós apresentámos propostas, não quiseram ouvir portanto agora votamos contra", era muito importante ou a abstenção ou aquilo que seja, mas era importante perceber e apresentar propostas porque esta Assembleia, como vimos aqui, e temos tido bons exemplos também por parte da Bancada do Partido Socialista noutras alturas em que consegue ter propostas, eu acho que é isto que traz a riqueza a esta Assembleia.

E um Orçamento que é apresentado que tem investimento, que do esforço orçamental consegue, cumprindo as regras do Pocal, retirar verba para fazer mais investimento, consegue cumprir um programa eleitoral que propôs os seus eleitores e cuja meta se prevê claramente que seja alcançada, afirma a introdução de obras e investimentos para os nossos munícipes, em valor superior aquele que era espectável no início do mandato, fruto da participação dos mesmos, consegue levar as candidaturas com parcerias locais a todos os níveis, seja o nível empresarial ou associativo promovendo o tecido do concelho não tenha também esse reconhecimento, eu acho que é manifestamente pouco.

Obviamente, vamos apoiar e continuaremos a apoiar esta proposta orçamental."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Partido Socialista, rapidamente."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Muito rapidamente e só esclarecendo aqui as questões do Membro da Assembleia Municipal, António Mestre, eu lamento que a CDU esteja a mostrar algum nervosismo com o ciclo eleitoral, mas percebo, e isto culmina em opiniões, isto é ridículo, porque culmina na discussão em sede de uma Assembleia Municipal de opiniões publicadas em espaços pessoais e que já agora passo a esclarecer, reitero que a referência à iniciativa da autarquia ou dos órgãos do Município se prende com o acionamento de fundos de emergência social Sr. Membro da Assembleia Municipal, são opções."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra a CDU."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Peço desculpa, uma vez que isto fica registado em ata e eu trouxe esta questão eu passaria para não ser confundido a citar "Outrora a maior vinha do mundo com quatro mil hectares Rio Frio é hoje o local onde existem problemas que aguardam solução e para onde o poder politico local tem virado a cara e assobiado para o lado…", eu não me parece que isto tenha a ver com a proposição que acabou de fazer."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Muito bem, vamos voltar ao Plano de Atividades e Orçamento.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, é sobre o Plano de Atividades?

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Já que foi dada a palavra aos ilustres colegas, eu penso que também vou ter a palavra só para dizer que não temos que dar justificação do nosso voto contra, embora a tenhamos dado e tenhamos reconhecido obra como o Mestre falou no voto contra e o voto foi nosso em defesa da honra fiz esta intervenção, mas nunca fazemos o que faziam vocês na Assembleia da República, por isso é que isto é uma Assembleia Municipal, e por isso é que isto é Palmela.

Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, eu penso que nós estamos em condições de votar.

Sr. Presidente quer acrescentar alguma coisa rapidamente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se me permitir Sra. Presidente, e prometo ser telegráfico, alguns esclarecimentos.

Eu não tenho problemas de qualquer conotação com ciclos eleitorais porque, desde o momento em que assumi funções, estou permanentemente em campanha porque estou a cumprir um programa eleitoral e estamos a fazer ações e obra todos os dias.

Ainda assim gostava de esclarecer os Srs. Membros da Assembleia que é bom estarem informados sobre estas questões dos fundos estruturais, dos ciclos, dos avisos, sabem V.Exas. que, por exemplo, os fundos relacionados com o PEDU – Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano, vou dizer por extenso, PARU – Plano de Ação para a Reabilitação Urbana, Plano de Ação Intervenção para as Comunidades Desfavorecidas, que são planos que cujas candidaturas são apresentadas até trinta e um de maio de dois mil e dezassete, somos nós os municípios que definimos este calendário? Não Sras. e Srs. Membros da Assembleia, foi o anterior Governo e o atual Governo que disse que tinha um acelerador de investimento, está aí mas os avisos não

saem, os avisos para as candidaturas não saem. Nós temos muito trabalho pronto, mesmo assim fomos o primeiro município a apresentar uma candidatura na Área Metropolitana de Lisboa. Por acaso já recebi o telefonema da CCDR, a dizer que foi aprovada mas, ainda não posso dizer, há de vir oficialmente. Fomos o primeiro município a apresentar em agosto uma candidatura e apresentamos várias. Portanto esta questão dos Fundos Estruturais, e das eleições, é ciclicamente assim Srs. Membros da Assembleia, isto dura até dois mil e vinte, mas fiquem descansados que é humanamente, tecnicamente e financeiramente impossível lançar as obras todas antes das eleições, eu não tenho essa fobia.

Temos compromissos, temos *timings*, porque há obras e candidaturas que têm um determinado *timing* de execução, que não pode acabar depois daquele prazo assim como não pode acabar antes. Na Assembleia anterior o Sr. Bruno Grazina perguntava-me, e bem, "então o que é que se passa com as obras da zona sul do Pinhal Novo, da Estação Intermodal", etc., etc., nós já podíamos ter acabado a obra, tivemos agora uma prorrogação porque há lá uns problemas, mas não temos interesse em acabar a obra já porque senão não recebemos Sr. Membro da Assembleia, há obras que andam depressa de mais e há outras que andam mais devagar.

Portanto o que vos quero dizer é que, para mim, não está em questão qualquer período pré eleitoral, que eu saiba ainda não foi anunciada pelo menos candidatura da parte da minha família política, agora o que há é compromissos e gostava de recordar que nós tivemos oportunidade de fazer balanços, que os senhores devem acompanhar, nós temos um programa eleitoral com duzentas e oitenta e quatro medidas e em novembro do ano passado tínhamos setenta e nove por cento dessas medidas concretizadas e acrescentámos mais de trinta a quarenta novas medidas, obras e ações, resultante de processos participativos, haveremos de fazer o balanço. Portanto esta questão do ciclo do eleitoralismo é uma carapuça que eu não me importo de enfiar porque estamos a trabalhar a todo o gás, a dar o máximo mas, de facto, há avisos, há regulamentos de concursos de financiamentos que não estão nas nossas mãos.

Estou inteiramente de acordo com a dinamização dos mercados, estamos a fazê-lo, vamos ter este ano também no Centro Histórico com os Mercados, Mercadinhos, Mercado, Lojas Pop UP, enfim uma série de dinâmicas há muito, também, requeridas para a dinamização do Centro Histórico, vamos criar outro evento de referência que é o Natal em Palmela.

Na questão do "Aprender a Nadar", senhora Membro da Assembleia a senhora já é uma sénior nestas andanças e eu esperava que lesse com mais atenção esta questão, porque não se cinja a essa rubrica. O "Aprender a Nadar" no cômputo do subsídio à exploração da Palmela Desporto vale trinta e cinco mil euros Sra. Membro da Assembleia. A verba que aí está é para aluguer de transportes ou, eventualmente, para o amadrinhamento do projeto, entende? Isso está distribuído por várias rubricas, portanto não fiquemos por aí penso que não é o momento para falarmos da Palmela Desporto, até porque não é isso que estamos a aprovar hoje, naturalmente, isso vem aí à guisa de informação, mas não é verdade confundir prestadores de serviços a recibo verde por opção sua, porque tem outra atividade principal, com trabalhadores precários. Eu penso que a senhora deve saber distinguir isso, uma pessoa que é professor numa determinada entidade, que tem outra ocupação principal, e que tem umas quantas horas de atividade na Palmela Desporto, naturalmente, não pode ser pessoa do mapa de pessoal, se há aulas de Aikido, se há Ballet, se há Fisioterapeutas, a Palmela Desporto não tem essas pessoas a tempo inteiro e se tivesse ia à falência com despesas com pessoal, portanto não confunda isto com trabalho precário que isso é outra coisa e eu sei que a senhora sabe distinguir.

Bom, por último Sras. e Srs. Membros da Assembleia nós não podemos é dizer que: "pois nós até concordamos com essas obras todas, nós até reconhecemos e saudamos algumas concretizações e algumas realizações, mas não concordamos é com as outras medidas", que afinal são aquelas medidas que possibilitam o equilíbrio financeiro para continuarmos a honrar os compromissos e fazer o melhor pelo concelho de Palmela, portanto temos que ter o melhor dos dois mundos. Os senhores gostavam de ter só um e, portanto, nós consideramos que o documento globalmente está sustentado com rigor, neste caso já não é só com prudência como foi no passado, mas essa prudência foi essencial para chegarmos aqui com capacidade para ir a jogo, é que, infelizmente, nós só vamos ter cinquenta por cento ao contrário de outras regiões do País e há muitas autarquias que, infelizmente, não têm sequer capacidade de endividamento para ir a jogo e nós temos essa capacidade de endividamento. Significa que aquilo que nos propusemos, e que nos candidatamos, é possível financeiramente ser realizado, técnica e humanamente é mais complexo, até porque precisávamos hoje de uma Divisão de Obras, de uma Divisão de Fiscalização de Estudos, Projetos e

empreitadas, enfim, com o triplo das pessoas, mas isto é um ciclo que nós procuraremos aproveitar melhor para proporcionar desenvolvimento, elevação da qualidade de vida, estender infraestruturas, requalificar espaços urbanos, apostar na eficiência energética, estudos de mobilidade e transporte, enfim, são investimentos que percorrem todas as áreas e que vão também às áreas da educação, às áreas do social, gostávamos de ir a outras áreas mas para isso é preciso também um compromisso de estado, é preciso que Portugal tenha a coragem de renegociar por unidades de investimento com Bruxelas. Nós vamos ter em breve, os Presidentes da Área Metropolitana de Lisboa, uma nova reunião de trabalho com o Sr. Presidente da CCDR, Conselho Metropolitano e o Sr. Ministro e está sobre a mesa, por exemplo, as questões do financiamento a fundo perdido para a eficiência energética, porque aquilo que tem vindo a sair nos avisos não corresponde às expectativas que foram criadas quando aprovámos o pacto há um ano atrás e, portanto, o Sr. Ministro diz que está dependente de Bruxelas, não tenhamos medo de Bruxelas, libertemo-nos de Bruxelas, façamos sentir a nossa autonomia nestas matérias porque quem sabe quais são as prioridades de investimento que interessam ao país são os portugueses e não é certamente a Troika de Bruxelas.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, temos aqui um bom instrumento de trabalho, o grande desafio e a grande ansiedade é conseguirmos concretizar todas estas medidas a tempo e horas de satisfazer as expectativas dos nossos munícipes e cremos que conseguiremos, também com o vosso apoio, com a vossa crítica construtiva, com as vossas chamadas de atenção afinar algumas destas ações, algumas destas obras e ter nos próximos anos realizações que andamos a reivindicar da Administração Central há vinte e dois anos, há quarenta anos, vocês sabem do que é que eu estou a falar e ainda temos outras reivindicações a fazer, tenho pena que que não se tenha falado mais do Pavilhão da Escola Secundária de Palmela, mas nós estivemos até ao último minuto à espera para ver se introduzíamos aqui uma percentagem para a nossa comparticipação nesse contrato programa.

Não desistiremos dessa luta e após a aprovação do Orçamento de Estado, tenho já previsto um pedido de audiência ao Sr. Ministro ou à Sra. Secretária de Estado Adjunta, que me recebeu na altura, para afinal ver em que protocolo é que ficamos, porque essa é uma das grandes brechas do concelho, não é um Pavilhão Multiusos é mais um Pavilhão Gimnodesportivo no nosso Concelho e digo-lhe se o Ministério da Educação não o fizer eu creio que terá que ser um compromisso de mandato, no próximo mandato temos que ter um Pavilhão Municipal Gimnodesportivo na freguesia de Palmela.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente.

Vamos votar o Plano de Atividades e Orçamento, Sras. e Srs. Membros da Assembleia."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e dez abstenções (oito do PS e duas do BE). Aprovado em minuta.

PONTO SEIS – Mapa de pessoal para o ano de 2017

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Trata-se do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dezassete, um instrumento previsional com vigência temporal anual, incorpora a previsão dos postos de trabalho considerados necessários ao cumprimento/prossecução dos objetivos da organização, é também um instrumento fundamental de planeamento que se deve de articular com outros regulamentos da estrutura orgânica, dirigentes etc.

A proposta de mapa para dois mil e dezassete inclui um total de novecentos e oitenta e seis postos de trabalho, dos quais oitocentos e noventa e sete estão ocupados e setenta e cinco vagos, alguns destes (quarenta e um) destinados a salvaguardar situações nas categorias de origem de trabalhadoras e trabalhadores que se encontram, designadamente, em regime de mobilidade intercarreiras, intercategorias, regime de substituição em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades.

Postos efetivamente vagos em conjugação com os vinte e um postos de trabalho a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar, ou com recurso ao instrumento mobilidade intercarreiras/categorias com o objetivo de suprir necessidades prementes de serviço. A proposta de mapa de pessoal consagra, ainda, a extinção de sete postos de trabalho efetivamente desocupados (quatro na carreira técnica superior, dois da categoria de assistente técnico e um na categoria de assistente operacional).

Salienta-se que, durante o ano de dois mil e dezasseis, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de doze trabalhadoras/es entre os diversos serviços municipais, bem como duas mobilidades intercategorias (encarregado operacional), as quais, precedidas da concordância das e dos respetivas e respetivos trabalhadoras e trabalhadores, tiveram subjacente razões de conveniência para o interesse público e permitiram adequar as competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Sublinha-se que o recurso ao mecanismo de mobilidade na categoria tem constituído, nesta autarquia, um importante instrumento de política de racionalização e otimização de recursos humanos, permitindo atenuar as significativas carências ao nível de qualificação profissional, decorrentes das sucessivas e abruptas saídas de pessoal, nomeadamente por via da aposentação, mas também através da mobilidade para outros serviços públicos.

Com efeito, no atual contexto de fortes restrições legais ao nível da contração da despesa com pessoal que vigora desde dois mil e dez, não tem sido possível promover a ajustada renovação dos efetivos, fator que tem contribuído para o agravamento do défice de recursos humanos com prevalência nas áreas operacionais e técnicas.

Eu resumiria ainda estes dados da seguinte forma:

Temos aqui para dois mil e dezassete uma previsão de novecentos e oitenta e seis lugares, oitocentos e noventa e sete preenchidos, setenta e cinco vagos, vinte e um a criar e sete a extinguir. Um dado importante para esclarecer é que nos postos de trabalho vagos destes setenta e cinco, quarenta e um encontra-se cativos. Porquê? Bom, temos que salvaguardar situações da carreira de origem relativamente a trabalhadores e trabalhadoras que se encontram providos ou providas em cargos dirigentes, mobilidades intercarreiras, intercategorias no município de Palmela, bem como mobilidades na categoria em regime de período experimental em outras entidades. Nós temos trabalhadores que estão neste momento noutras Câmaras, noutros Institutos Públicos e temos que salvaguardar a sua vinda durante um determinado período, por exemplo na mobilidade na categoria, em períodos experimentais, comissão de serviço ou substituição em outra entidade, temos nove Técnicos Superiores, seis Assistentes Técnicos e um Assistente Operacional. Depois temos aqui dirigentes em regime de substituição na Câmara treze, temos que manter estes lugares, porque hoje são dirigentes, quando deixarem de ser dirigentes têm que voltar ao seu lugar habitual no mapa. A Sra. Vereadora está a recordar-me que estão a decorrer concursos, para dirigentes e alguns podem eventualmente não ficar. Mobilidade intercarreiras, intercategorias, na Câmara temos três Assistentes Técnicos e nove Assistentes Operacionais.

Penso que disse o fundamental, talvez partilhar convosco também que houve saídas, houve vinte e uma saídas, nove aposentações, uma cessação de vínculo, nove mobilidades em período experimental para outras entidades e houve duas licenças sem remuneração por doze meses, houve vinte e uma saídas, houve também vinte entradas.

Quanto a redução e aumento de efetivos de dois mil e dezasseis para dois mil e dezassete, passamos de nove para onze chefes de divisão já tínhamos aprovado este *upgrade* da última revisão à estrutura orgânica, passamos de dois dirigentes de terceiro grau para três em dois mil e dezassete, também decorrente da

aprovação que aqui fizemos. Técnicos Superiores, passamos de cento e noventa e nove para duzentos, Coordenadores Técnicos de treze para catorze, de Assistente Técnico duzentos e trinta e nove para duzentos e quarenta e cinco, portanto, mais seis neste aumento de efetivos, Fiscal Municipal, abrimos aqui lugares porque a área da Fiscalização está depauperada e precisamos de reforço das equipas, passa de doze para catorze, Encarregado Operacional de vinte para vinte e um, Assistente Operacional de quatrocentos e cinquenta e quatro para quatrocentos e cinquenta e oito.

É evidente que se tudo isto decorresse muito bem e deixasse de haver restrições no Orçamento do Estado relativamente ao cumprimento das despesas com pessoal do ano anterior, nós necessitaríamos de abrir aqui lugares para concursos mais significativos, assim de vinte ou trinta entradas nas áreas operacionais que era isso que nós necessitaríamos, a Sra. Vereadora já quer cinquenta e estou a falar de vinte ou trinta, ela já quer cinquenta, mas pronto o Mapa tem que condizer naturalmente com a previsão que existe no Orçamento e é esta a nossa proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da assembleia, sobre esta proposta, questões?

Tem a palavra o Sr. Membro José Manuel Silvério PS."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sra. Presidente da Assembleia o PS vai votar favoravelmente esta proposta, mas gostaria de referir aqui algo pelo seguinte.

Todos sabemos que num concelho como o concelho de Palmela que tem um território que é o maior dos dezoito concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e que tem a população que tem, os assistentes operacionais que nós vemos neste mapa, são bastante poucos, esta Câmara tem poucos assistentes operacionais mas, por outro, lado o número global de trabalhadores da Câmara que se manteve estável do ano passado para este, parece-nos ser o correto, mas o que ainda se verifica neste mapa é um desfasamento por personalidade entre os operacionais e os outros cargos, daí a Sra. Vereadora dizer que faltam muitos operacionais, e por isso perde-se nesta proposta a oportunidade para se começar a dar sinais de equilíbrio na estrutura orgânica do pessoal de acordo com as necessidades objetivas da autarquia para que esta possa aumentar a sua autonomia operacional, que nos dias que correm é uma preocupação de todas as autarquias do país.

O exemplo deste mapa é que havendo nos assistentes operacionais vinte e quatro lugares vagos, apesar de eventuais mobilidades, só esteja considerado criar cinco postos de trabalho para assistentes operacionais. Já, por outro lado, para o cargo de técnico superior com muito menos vagas o número de postos previstos a criar seja de igual número cinco postos de trabalho e nos assistentes técnicos onde as vagas são mínimas o número de postos de trabalho a criar sejam sete, assim permitam-me usar uma expressão militar são quase tantos os chefes como os índios.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Mais alguma questão Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente, vou ser muito breve e concreto, porque eu tenho uma questão para lhe colocar.

Existem, ou não, pessoas ao abrigo do contrato de emprego e inserção a exercer funções em postos de trabalho que foram extintos ou que não têm trabalhadores do município neste momento no concelho de Palmela e se existem, nós no Bloco de Esquerda consideramos, essa moda que foi criada no tempo do Governo do PSD/CDS, que já é tempo de acabar com isso e esperamos que se no caso de existirem esses contratos de emprego e inserção no concelho de Palmela, que se acabe uma vez por todas, porque isso são situações que não abonam ao que é um vínculo contratual, de facto, com trabalhadores.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão?

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora o nosso sentido de voto nesta proposta será o da abstenção.

Efetivamente no que diz respeito ali ao pessoal a Sra. Vereadora Adília bem sabe, mesmo os trabalhadores deslocados nas Juntas para limpeza não são suficientes. Os protocolos, ainda eu estava no executivo, não eram cumpridos de acordo com o que estava protocolado, isto é um exemplo de que a Câmara podia aqui ter repensado melhor o seu mapa de pessoal.

Relembrar ali ao meu colega do Bloco de Esquerda, que isso foi muito antes do Governo do PSD/CDS, às vezes não podemos ter assim alguns *bugs* completos é melhor informar-se.

E é só. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente quer acrescentar alguma coisa?

Muito rapidamente, está bem?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza.

Em primeiro lugar um esclarecimento ao Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, isto de facto só pode governar quem conhece. As atribuições e competências das autarquias apontam hoje e até no âmbito daquilo que tem vindo a ser descentralizado, em aspetos de modernização administrativa, eu diria até que não é descentralização mas desresponsabilização da Administração Central, com passagem de competências para as autarquias implicam um maior nível de especialização e é essa a tendência, é uma visão liberal com a qual eu não concordo mas que, de facto, sucessivos Governos têm procurado criar atribuições e competências que levam a que as autarquias tenham que dotar-se cada vez de mais técnicos com formação de nível superior, para que depois possam, certamente, ser obrigadas a entregar ao privado competências que sempre foram das autarquias por natureza, como as águas, o saneamento e os resíduos, que muitas autarquias deste país, até da área do Partido Socialista, têm concessionado, o que é pena, ou têm uns pseudos serviços municipalizados.

O que lhe quero dizer é que não obstante precisarmos de mais operacionais, também precisamos de mais técnicos, porque há uma maior complexidade nas funções. Nós não podemos pôr um assistente operacional na frente de atendimento, hoje o nível de exigência na frente de atendimento, a diversidade de assuntos que são tratados, a generalidade dos trabalhadores deviam de ter todos formação superior só para se perceber isto e em parte é esse o caminho e há também pessoas na autarquia que, felizmente, obtiveram formação superior em diversas áreas que são úteis para a autarquia e hoje têm uma legitima expetativa de concorrer a lugares de técnico superior que nós estamos a abrir, uns ficam outros infelizmente não ficam e até vêm pessoas de outras Câmaras, que têm vindo a ganhar concursos ou a preencher por mobilidade

interserviços alguns desses lugares, portanto não há aqui propriamente nenhum desequilíbrio no mapa, o que há é um constrangimento orçamental que se deixar de existir, no próximo Orçamento de Estado, deixam as autarquias ser responsáveis pelas suas opções políticas, deixam de ser diferentes das outras e nós faremos a contratação de mais operacionais, é isso que aqui está em causa.

Depois há que saber ler o que significa isto dos cativos e não cativos, é que nós também temos aqui alguns cativos, nós temos concursos a decorrer para operacionais, não sei se sabe, portanto, eu já estou a contar com alguns que vão entrar, para o ano não poderei abrir mais porque, de facto, o orçamento não me permite.

Por um lado este esclarecimento, por outro responder claramente, e objetivamente, ao Sr. Membro do Bloco de Esquerda, nós deveremos ser das autarquias do País que menos CEI's têm e só temos em última instância e muitas vezes a pedido dos próprios trabalhadores desempregados que fazem questão que a Câmara lhes dê uma oportunidade por via daquela experiência de trabalho, porque não querem ficar em casa, porque querem fazer qualquer coisa, etc., etc.

Do ponto de vista político eu também sou contra os CEI's, nós temos apenas três, eu sei que o Bloco perguntou a todas as autarquias do País qual era a situação e portanto o senhor se tiver acesso a esses dados veja como Palmela não é um mau exemplo, pelo contrário, e estas três trabalhadoras, que estão neste momento nas escolas, a substituir pessoas que estão com baixa são simultaneamente candidatas no concurso de assistentes operacionais que está a decorrer.

Digamos que as pessoas que a autarquia tem recebido nestes programas, e nós somos muitas vezes convidados pelo Centro de Emprego a receber mais, toda a gente quer vir para a Câmara, mas digamos aquilo que fazem aqui é conhecer um pouco a organização, é estagiar, é conhecer a cultura da organização, os métodos de trabalho e, depois, quem achar que pode ser feliz aqui profissionalmente concorrem, portanto é este o caminho que temos percorrido.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, protocolos penso que já tínhamos ultrapassado essa fase é porque aquilo que está naturalmente contratualizado está a ser cumprido com as Juntas e temos aprovado aqui, por unanimidade neste Órgão, Contratos Interadministrativos em que não tendo trabalhadores pagámos para que as Juntas possam, ou não, contratar. Há Juntas que preferem, e que estão a equacionar, a aquisição de meios mecânicos, pode ser uma opção, aí não vou intervir, naturalmente, mas nós se decidimos que eram sete unidades funcionais e só lá temos quatro, nós estamos a pagar e até corrigimos um erro que assumimos, estávamos a pagar menos do que a despesa efetiva de um trabalhador com o salário de assistente operacional os devidos descontos etc., tínhamos esquecido ali de alguns valores e corrigimos e trouxemos a este Órgão Deliberativo, portanto, neste momento da nossa parte não há qualquer incumprimento e também temos a noção que hoje há que equacionar outras técnicas, e outros métodos, de intervenção nalgumas áreas que podem passar pela mecanização e que precisam de outro tipo de trabalhadores, porque deixa de ser um assistente operacional para a varredura mecânica e pode vir a ter que ser, por exemplo, um operador de máquinas especiais. Nós, também, nessa matéria temos dialogado com as freguesias e neste momento tenho a consciência tranquila, estamos a pagar aquilo que é devido, deixando às freguesias a liberdade de atuação e levando-as, naturalmente, a cumprir o objetivo daquela delegação de competências. Ficava aqui este esclarecimento.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro do Bloco de Esquerda é indispensável?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Só para fazer um esclarecimento ali à Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto que, de facto, eu não quis dizer que tivesse sido o Governo do PSD/CDS a implementar os contratos de inserção mas, de facto, foi um Governo que difundiu largamente e ampliou essa medida fazendo com que muitos trabalhadores públicos do estado ficassem numa situação de desemprego substituindo-os por contratos de emprego e

inserção, e isso foi uma medida muito difundida e houve um alargamento considerável no tempo do Governo de Passos Coelho e de Paulo Portas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos proceder à votação então desta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Proposta seguinte Sr. Presidente, quer apresentar?"

PONTO SETE – 3ª. Revisão ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019

O **Sr. Fernando Coelho do PS** ausentou-se da sala pelas zero horas e dezanove minutos.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente vou tentar resumir.

A 3ª Revisão, ajustamentos finais aos documentos previsionais adequando-os à execução física e financeira. Na receita anulações que ascendem a um milhão, duzentos e vinte e sete mil euros, desde logo na rubrica de venda de bens e serviços, ou seja a receita no saneamento e resíduos sólidos não se verificou o crescimento previsto em função da atualização do tarifário operada em dois mil e quinze, depois, também, uma redução substancial nas transferências de capital provenientes de Fundos Comunitários e aqui lá está o atraso que se verifica na publicação da portaria de extensão de encargos que levaria já uma transferência de uma verba de cerca de seiscentos mil euros este ano para o município atinentes à obra de Regularização da Ribeira da Salgueirinha e, por outro lado, na receita esclarecer que mesmo nesta revisão voltamos a não incorporar o remanescente do saldo de gerência de dois mil e quinze, no valor de um milhão quatrocentos e trinta e três mil trezentos e sessenta, porque como já havíamos dito, desde a última revisão, pretendemos afetar a sua utilização ao financiamento de obras e projetos a candidatar ao novo quadro comunitário e portanto só em dois mil e dezassete faremos a incorporação deste saldo.

Na despesa, há anulações nas despesas com Pessoal porque a execução verificada até à data com mobilidades que houve para outros serviços, etc., deixam-nos aqui a possibilidade de, fazer aqui, rapar alguns milhares de euros ainda.

Há alterações às Grandes Opções do Plano que descem de vinte e sete vírgula um milhões para vinte e seis vírgula quatro, e têm que ver com reprogramação de alguns investimentos e eu passaria a citar:

- Reforços nas Instalações Municipais, há necessidades de pintura no edifício da GOSI, na Portaria dos Armazéns Gerais cuja obra está a decorrer, também nas instalações da própria Vereação, enfim;

- Depois temos aqui também as mais significativas, esta não é a mais significativa em termos financeiros, mas trata-se de uma inscrição de nova ação porque vamos celebrar os "40 Anos de Poder Local

Democrático" no dia onze no Cine Teatro São João, com uma evocação aos quarenta anos e também homenagem a todos os membros de órgãos executivos, e não só;

- Funções Sociais, temos aqui um reforço da dotação da ação "Projeto VAGB II", são trinta mil euros, trata-se de um procedimento para compra de equipamento para podermos ainda ir a jogo numa candidatura, recordo que o "Projeto VAGB" tem que ver com a redução de consumos e eficiência energética nas estações de captação de água, já no passado fizemos uma candidatura que veio a demonstrar excelentes resultados com poupanças, nós fizemos um investimento de setenta mil euros e logo passado seis meses tínhamos recuperado trinta e cinco mil, portanto é por aqui que temos que ir;

- Reforço da dotação Requalificação do edifício sede da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, para podermos ainda este lançar procedimento de execução de projeto e sondagens no âmbito da candidatura;

- Depois fazemos aqui um reforço no projeto Iluminação Pública, não é que estejamos a gastar mais é porque entretanto a faturação que dantes era de três em três meses e acabava por ser pago o último trimestre no ano seguinte, a faturação, felizmente, passou a ser mais exata por um lado e passou a ser mensal e, portanto, vamos ter ainda que pagar este ano, pelo menos os meses de outubro e novembro, dezembro será pago em janeiro e portanto precisamos mais cento e oitenta e cinco mil euros do que aquilo que estava previsto. Há aqui também depois investimentos para eficiência energética em vários edifícios;

- Na Conservação Permanente da Rede Viária, um reforço de quarenta e dois mil euros para regularização de bermas, valetas, execução de valetas em betão na Rua José Nabo, Venda do Alcaide. Também um ligeiro reforço na Pavimentação da Rua José dos Santos Tereso, Bairro Margaça. Também um Reforço de Manutenção e renovação e reforço da sinalização horizontal, mais trinta e cinco mil euros;

- Noutras Funções, reforço da dotação Amortizações de Dívida – Empréstimos a Médio e Longo Prazo, é um reforço de vinte mil euros para permitir amortizar mais capital em dívida, é para pagar antes do prazo porque conseguimos aqui umas poupanças que vamos buscar aos juros. Foram entretanto efetuadas anulações, por exemplo, de cento e sessenta e três mil e quinhentos euros relativos a encargos de instalações com fornecimento de energia elétrica, verificou-se aqui uma poupança com as medidas que temos vindo a tomar na energia elétrica que é paga nas dezenas de equipamentos e instalações municipais que temos no concelho;

- Há aqui uma reprogramação financeira de duas obras a" Escola Básica de Palmela 2" e a "EB de Brejos do Assa", vinte e quatro mil euros, não vai ficar concluído este ano os procedimentos estão em curso, acabam por ter execução financeira só no próximo ano.

- Depois cento e setenta mil euros que foram anulados relativos à execução de obras de infraestruturas em Val' Flores. Como é sabido foi feita a rescisão do contrato para concluir aquela primeira fase de remodelação, entendeu-se parar porque não vale a pena estar a equipar os PT's, etc., para serem roubados e vandalizados, mas vai ser preparada uma segunda empreitada no próximo ano;

- Depois a obra de infraestruturação da rua Zeca Afonso e travessa do Limoeiro, porque ainda estamos a tentar ali umas alterações ao projeto para ver se não dispara mais, são duzentos e dois mil euros, também só vai ser executado no próximo ano era um compromisso de mandato é preciso é estar executado em dois mil e dezassete;

- Há também reprogramação da Regularização da Ribeira da Salgueirinha, pelas razões que já referi, estou apenas a citar as verbas mais pesadas que foram anuladas;

- Aqui, cento e quarenta e oito mil euros nos Resíduos Sólidos, tem que ver com os serviços de remoção integrada, porque com o novo contrato e como o concurso público ainda estamos a tentar deslindar aquele assunto, vamos precisar é deste dinheiro para o próximo ano;

- Vinte e sete mil euros anulados na ligação do Largo adjacente à Rua Infante D. Henrique antigo Largo da Mitra por reprogramação das ações, esta candidatura por exemplo pode ser feita até maio de dois mil e dezassete, não conseguimos gastar este dinheiro antes;

- Noventa e oito mil euros, também anulados no "HUB10", por reprogramação das ações, o projeto é complexo e ainda não está terminado;

- Sessenta e oito mil e novecentos euros anulados também que tinha que ver com a necessidade de execução de algumas vedações dos perímetros das captações, prevê despesa em dois mil e dezassete;

- Instalação de equipamento eletromecânico e ligação de novos furos mas como as obras de construção civil ainda não terminaram este equipamento não faz falta, ser adquirido ainda;

- Vinte e quatro mil e oitocentos euros relativos a pagamentos de juros de empréstimos de médio e longo prazo, porque felizmente, as taxas Euribor encontram-se negativas e em negociação de empréstimo que havíamos feito em conta estas taxas, isto até nos permite redirecionar os outros vinte mil euros para amortizar capita.

Ainda assim depois 3.ª Revisão, temos aqui um orçamento dos mais altos dos últimos anos que pode ir quarenta e sete milhões e dezoito mil euros e esta revisão significa um decréscimo de dois, vírgula cinquenta e quatro por cento relativamente ao Orçamento atual não ao inicial.

Pronto Sra. Presidente, não procurei ser tão detalhado quanto na reunião de Câmara mas no fundamental expliquei as razões desta 3ª Revisão.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Senhoras e Senhores Membros da Assembleia?

Dou a palavra ao Partido Socialista."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Senhoras e senhores, tal como no ponto número cinco, tratam-se de opções políticas que o PS tomaria de forma completamente diferente, em especial no que toca às opções nas funções sociais da autarquia, não obstante mantendo a coerência, a responsabilidade política e não querendo bloquear a ação do executivo iremos abstermo-nos nesta votação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora com a mesma coerência não tendo aprovado o Orçamento, votaremos contra porque mesmo que quiséssemos bloquear a verdade é que a CDU tem maioria na Assembleia Municipal e então o bloqueio era um bloqueio simbólico, tipo batalha naval fictícia.

Já agora queria só pedir aqui um esclarecimento relativamente à Segurança e Ação Social, há aqui uma redução de cinquenta e três mil euros, talvez me tenha escapado as explicações nas Grandes Opções do Plano, as restantes tinha aqui para questionar mas o Sr. Presidente já respondeu mas esta da segurança e ação social agradecia, talvez me tenha escapado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Então Sr Presidente quer responder?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se a Sra. Membro da Assembleia me pudesse indicar a rubrica eu chegava lá mais facilmente.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É no resumo, 2.3 Funcões Sociais, Segurança e Ação Social.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Trata-se do projeto "PRIA - Projetos em Rede para a Inclusão Ativa", é um projeto intermunicipal que constitui, enfim, várias ações de intervenção e no observatório, etc., etc., e cuja candidatura o aviso ainda não saiu e por isso temos que reprogramar.

É este o esclarecimento Sra. Presidente, não tenho mais nada a dizer."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, senhor não havendo mais questões votamos então."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e nove abstenções (sete do PS e duas do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente."

PONTO OITO – Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Trata-se de um pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo, eu permitia-me não ler os considerandos e antes fazer uma explicação mais direta para se tornar compreensível.

Como é sabido cada vez que há este ciclo de investimentos, os municípios têm receitas próprias para ir a jogo mas, na generalidade, precisam de contrair empréstimos para investimento. Empréstimos que em boa hora também a atual maioria na Assembleia da República considerou, e bem, que não devem contribuir para as contas do endividamento ainda assim, mesmo que contribuísse pelas razões que já expliquei aquando da apresentação das Grandes Opções do Plano, o Município tinha condições, e capacidade, para, no âmbito da lei que restringe o endividamento, ir a jogo.

Mas aquilo que aqui estamos a trazer não é propriamente autorização do empréstimo ou aprovação do empréstimo, estamos a propor à Assembleia que autorize a lista de investimentos a serem sujeitos a empréstimo. Depois desta autorização prévia, por parte da Assembleia, deverá haver uma deliberação da Câmara relativa à decisão de contrair empréstimo a que se segue a consulta às várias entidades bancárias. Feitos estes procedimentos, e esta tramitação toda, virá depois há reunião de Câmara uma proposta que por sua vez virá finalmente à Assembleia Municipal com a adjudicação do empréstimo à entidade que for selecionada e depois ainda vem de novo à reunião de Câmara, ao Órgão Executivo, as cláusulas contratuais. Mas era para esclarecer isto, não estamos a aprovar nenhum empréstimo estamos previamente a consultar

a Assembleia sobre a lista de investimentos que nos propomos submeter para efeitos de empréstimo ao investimento.

Então citaria:

CICLOP7 - Rede ciclável da Península de Setúbal – tem que ver com a rede de ciclovias no Concelho de Palmela;
HUB10 - Plataforma Humanizada de Conexão Territorial - Concelho de Palmela;
Requalificação do Salão Nobre dos Paços de Concelho;
Requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão;
Requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura;
Requalificação do edifício sede da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó;
PRARRÁBIDA - Janela da Arrábida;
PRARRÁBIDA - CAFA - Castelo de Palmela;
EB Aires;
EB Matos Fortuna;
EB Águas de Moura;
EB Cabanas;
Regularização da Ribeira da Salgueirinha-Troço do Pinhal Novo.

Nos primeiros o valor aqui exposto diz respeito a cinquenta por cento da candidatura, no caso da regularização da Ribeira da Salgueirinha diz respeito a quinze por cento, que é a comparticipação que o município vai assumir numa obra que era aliás da responsabilidade da Administração Central.
Disse Sra. Presidente."

O **Sr. Fernando Coelho do PS** retomou participação nos trabalhos pelas zero horas e trinta e três minutos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o partido Socialista."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sra. Presidente, antes de tecer aqui algumas considerações sobre esta proposta, quero procurar à Sra. Presidente se, por acaso, já disse ao Sr. Presidente da Câmara que nós recebemos os documentos e sabemos ler.

Nesta proposta de investimentos está bem espelhado aquilo que eu entendo ser um incompreensível tratamento discriminatório da freguesia do Poceirão. Se não vejamos, num pedido de empréstimo no valor superior a quatro milhões de euros, que a Câmara de propõe pedir para investimentos no concelho alguns parciais no valor real do investimento. o Poceirão é contemplado apenas com cento e cinquenta mil euros, pouco mais de três por cento do valor deste pertence empréstimo, e bem pode o executivo aqui gritar que no Poceirão são feitos outros investimentos que isso não alivia a dor, porque para as outras freguesias também há outros investimentos Sr. Presidente. Dos cerca dos três milhões que hoje o Sr. Presidente apregoa dizer gastar este ano em investimentos no concelho, quanto foi para o Poceirão?

Apenas um pouco mais de duzentos mil euros, sete por cento dos três milhões, na repavimentação de um pequeno troço da Estrada Municipal 533, nas Lagameças, pouco mais de cinquenta mil euros, na pavimentação da Rua Abel Ferreira, de cento e dezanove mil euros e na pavimentação da Rua Julia de cinquenta e seis mil euros. Oh, Sr. Presidente! Estamos a falar na maior freguesia do concelho, com um terço do território e o quarto em número de população.

Mas voltamos a esta proposta Sra. Presidente da Assembleia, para o Poceirão os cento e cinquenta mil euros são para a requalificação do Polidesportivo do Poceirão, fala aqui o antigo não sei onde está o moderno porque eu só conheço aquele. Mas o que é que se espera com este valor que possa a Câmara fazer? Bem nós esperamos que em conjunto com a Junta de Freguesia, sempre com a opinião da Junta de Freguesia, transformar aquele recinto dentro do espaço possível num mini Pavilhão coberto para a prática de atividades no inverno.

Para a freguesia da Marateca, neste eventual investimento que a Câmara está a pedir, está previsto gastar-se, e bem, deste empréstimo três rubricas:

-Oitocentos mil euros, dezanove vírgula cinco por cento do valor global do pretenso empréstimo, e vemos contemplado neste empréstimo para a Escola EB 2 de Águas de Moura aproximadamente metade da verba para ampliar e requalificar esta escola onde se prevê um custo global de seiscentos e cinquenta mil euros mais os trinta mil que já gastou no projeto, com cinquenta por cento do financiamento Portugal 2020. Eu gostaria de saber Sr. Presidente é se com este investimento mencionado no empréstimo mais os outros cinquenta por cento dos fundos, esta escola vai ficar com a tipologia e valências de um Centro Escolar Educativo como está na Carta Educativa do Concelho? Bem sei que já ninguém parece lembrar-se da Carta Educativa do Concelho, uma Carta Educativa que foi um trabalho extraordinário da Câmara Municipal de Palmela em conjunto com a Comunidade Educativa, onde se gastou algum dinheiro, onde se recorreu inclusivamente para coordenar de uma empresa especializada em Cartas Educativas, que até era do norte, e que resultou desse trabalho várias coisas, por exemplo fomos dos primeiros concelhos, dos trezentos e oito do país, que teve das primeiras Cartas Educativas a serem aprovadas, foi a décima terceira Carta Educativa a ser aprovada pelo Ministério da Educação. E sobre a Carta Educativa a ultima monotorização que se fez a esta Carta foi há muitos anos no Anfiteatro da Escola José Saramago.

Para terminar ficam duas questões em relação a esta proposta Sr. Presidente. Porque trata o concelho tão mal o Poceirão? Com que escola vamos ficar em Águas de Moura?

Sr. Presidente o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta, mas que fique claro nesta Assembleia que eu, enquanto poceirense, o vou fazer com muita tristeza.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós iremos votar favoravelmente, embora haja aqui projetos que não detemos uma informação detalhada, embora o Sr. Presidente já tenha aflorado em diversas Assembleias Municipais, nomeadamente o CICLOP7, HUB10, o PRARRÁBIDA – Janela da Arrábida e o CAFA - Castelo de Palmela, também não conhecemos bem e, portanto, eu penso que nos devia ter sido fornecida uma informação mais detalhada embora tenhamos conhecimento na generalidade, mas mais em pormenor.

Eu estava a assistir à troca de impressões e resolvi parar e portanto é uma sugestão que se façam chegar à Assembleia Municipal alguns pormenores sobre estes projetos.

Sr. Presidente, eu peço uma informação por escrito para poupar o senhor da sua brilhante intervenção e portanto é isso que pedimos e já agora eu há pouco na minha intervenção geral, eu peço à Sra. Presidente só licença para fazer aqui um pequeno aparte, é que também fizemos um requerimento há muitos meses para que a Mesa nos fornecesse as reuniões dos Conselhos Municipais e de que fazem parte ilustres Membros desta Assembleia Municipal e que ainda não nos fizeram chegar e eu há pouco esqueci-me já agora que estou a falar nisto, pedia também isso.

E é só, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Relativamente a esta última questão da Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, se calhar não houve nenhuma reunião entretanto, nenhum Conselho, não sei, houve?

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Pelo menos o do Mestre, ele disse aqui numa Assembleia que já tinha havido uma, mas ainda não recebemos a ata."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, sim, só para clarificar já essa questão, sim."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Informo que foi para todos os membros do Conselho, há cerca de quinze vinte dias, para aprovação a última ata."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então a Mesa não está em falta, só para ficar claro, a Mesa não está em falta.

Não sei se há mais algum pedido de intervenção?

Se não houver peçoo ao Sr. Presidente que seja o mais sintético possível."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vou tentar mas, de facto, há algumas intervenções que revelam uma visão pouco consistente até da responsabilidade que é preciso ter para se pertencer a um Órgão desta natureza, porque se, efetivamente, falta informação os Srs. Membros da Assembleia devem solicitá-la, se eu dou informação em excesso, ou escalpelizo, ou explico determinadas matérias é porque ocupo muito tempo de antena.

Eu queria começar por dizer ao Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério que eu sei que a minha intervenção o incomoda, e sei, também, que os meus compromissos, e as ações, e aquilo que assumo e que vou tendo a possibilidade de concretizar, com o apoio de toda a equipa que trabalha nesta autarquia, o ainda incomodam mais, mas queria chamar a atenção de V. Exa. para o seguinte. O senhor, amiúde, fala muito na casa da democracia, nos órgãos deliberativos, que eu saiba nestas casas da democracia, cumprindo os tempos que são atribuídos para cada um dos períodos e para cada uma das Bancadas, nós temos o direito de explanar com toda a calma as matérias que aqui trazemos. Que eu saiba, dada a analogia com a Assembleia da República, há um tempo destinado a apresentação das propostas é que lá também recebem as propostas, lá também sabem ler, Sr. Membro da Assembleia, lá e noutros órgãos, até órgãos das coletividades, portanto nós temos que ter um tempo para apresentar as propostas e explicá-las.

Relativamente ao conjunto de investimentos que aqui estão, são uma ínfima parte das candidaturas a Fundos Comunitários, porque o volume de candidaturas do Município a Fundos Comunitários, ao POSEUR, ao Fundo de Regularização de Recursos Hídricos, mérito, mérito, desta Autarquia e das suas equipas técnicas que vão desde as elaborações de projetos, estudos prévios às equipas financeiras, atingirá até dois mil e vinte e um, cerca de vinte e dois milhões de euros e, portanto, nós estamos a trazer aqui quatro milhões de euros.

Depois explicar também ao Sr. Membro da Assembleia que tem que se informar melhor sobre os fundos comunitários para perceber quais são as prioridades de investimento e porque é que para Poceirão no âmbito do Plano de Ação Intervenção para as Comunidades Desfavorecidas, apenas há hipótese de contemplar a requalificação de um equipamento que aqui está designado de antigo, porque assim tem que ir, porque se não nem isso era apoiado.

O senhor pergunte, não faça conclusões precipitadas e, naturalmente, eu não dou para esse jogo de qual é a freguesia que tem mais investimento, porque também não vamos ver qual é a freguesia que tem mais população, qual é a freguesia que paga mais IMI, qual é a freguesia que tem mais território, porque as necessidades são diferentes e há muito investimento feito em Poceirão. Neste mandato na Rede Viária, neste mandato na discriminação positiva nas escolas e portanto é preciso ter uma visão menos exacerbada de bairrismos, e nacionalismos, e perceber o todo do concelho e as oportunidades que há para estes investimentos, porque se houvesse outras prioridades de investimento nós saberíamos o que é que queríamos e deixo-lhe aqui um repto. O senhor pertence a uma Bancada de um Partido que tem responsabilidades na Governação e eu ando atrás do vosso Secretário de Estado há uma série de tempo, já o desafiei a corrigir uma injustiça que fizeram ao Poceirão que foi desclassificar Poceirão e Marateca, como freguesias rurais, que teriam acesso a mais fundos em maior percentagem de comparticipação e o Partido Socialista ainda não corrigiu essa ignomínia feita pelo anterior Governo.

Ora aí tinha uma excelente oportunidade para financiarmos melhor as freguesias do Poceirão, sabe porquê Sr. Membro da Assembleia? Porque deixou de haver apoios para as freguesias rurais, deixou de haver caminhos AGRIS, deixou de haver financiamento para infraestruturas, sabe porquê? Porque nessa matéria estes dois Governos são pouco diferentes. Na infraestruturação das águas e do saneamento os senhores não financiam para levar a água e o saneamento às populações dispersas, os senhores só financiam para os grandes aglomerados porque reverte, em vinte anos têm o investimento rebatido e têm o lucro limpo rapidamente e essa não é a lógica da discriminação positiva para os territórios.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia há outros investimentos nas várias freguesias que não estão aqui, estes são aqueles para os quais nós precisamos urgentemente de financiamento, outros, felizmente, a comparticipação de cinquenta por cento, de quinze por cento, de quarenta por cento, vão ser assumidos com fundos próprios da autarquia dada a gestão rigorosa que temos feito e parcimoniosa de distribuição dos fundos e chegaremos ao final do mandato com volumes de investimento muito significativos em todas as freguesias nunca antes alcançados.

Relativamente o senhor que fala sempre com uma ideia de quem conhece estas matérias todas e tira sempre conclusões precipitadas, eu quero dizer a V.Exa. que deveria informar-se melhor sobre o processo das Cartas Educativas. Nós estamos à espera do anterior Governo, do atual Governo para que venha a discussão sobre as Cartas Educativas em cascata, estamos à espera há demasiados anos, estamos há espera desde dois mil e treze, fizemos uma monitorização intercalar, tenho aqui a monitorização feita em dois mil e quinze, e vou-lhe dizer uma coisa se nós fossemos por alguns indicadores que têm vindo do Ministério da Educação nós não estávamos a trazer aqui a requalificação da Escola Básica de Águas de Moura. A Escola Básica de Águas de Moura já tinha encerrado e as crianças de Águas de Moura já estavam todas no Poceirão, e foi devido há batalha do Município, que vem desde o mandato anterior e deste mandato, que a Escola Básica de Águas de Moura se mantem com a proposta de requalificação.

De qualquer forma V.Exa. terá oportunidade de intervir para expor o seu ponto de vista, agora o que lhe estou a dizer é inquestionável e é a verdade absoluta. O trabalho que nós fizemos dada as projeções demográficas, lutamos até há exaustão e conseguimos que esta escola se mantivesse. Para o Município era uma escola a requalificar e foi por isso que foi uma das primeiras que apostámos na requalificação, foi lá que apresentámos em primeiro lugar um estudo prévio e as valências da escola, são as valências que a Comunidade Educativa validou, validou a Associação de Pais, validou a Direção do Agrupamento de Escolas, validaram os Coordenadores de Escola e até validaram os alunos Sr. Membro da Assembleia através de processos de participação. Portanto, é um investimento de seiscentos e cinquenta mil euros que, no nosso entender, é muito bem empregue naquela comunidade e é uma forma de evitar que atuais residentes e futuros residentes, e oxalá a natalidade aumente naquele local, não tenham a tendência de levar os filhos para estabelecimentos particulares, para outros concelhos vizinhos porque fica, enfim, nos seus movimentos pendulares de casa trabalho ou que tenham que meter as crianças por falta de salas, ou falta de salas para apoios educativos, ou falta de salas para uma biblioteca centro de recursos que vai ter, uma biblioteca de

centro de recursos como deve de ser, não é uma salinha com umas prateleiras com livros e é nisso que estamos a investir.

Sra. Presidente, relativamente a cada um destes projetos eu estou disponível para explicá-los, mas os senhores como a senhora Membro da Assembleia disse pode informação e nós explicaremos quais são as premissas de cada um destes projetos, o que é que está previsto, o que é que inclui, porque há candidaturas que têm, digamos, toda a argumentação e os princípios e os programas preliminares, noutras até já temos projetos e já temos estudos prévios, estamos disponíveis para partilhar, porque é essa também a função deste Órgão que acompanha a Atividade Municipal é fiscalizar, é conhecer e é para isso que nós estamos disponíveis, agora para discussões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, peço desculpa!

Vou desafiá-lo, são dois ou três minutos, eu penso que era um pouco neste sentido algumas questões se colocavam, enquanto os projetos mais clássicos, entre aspas, até porque têm os locais ou as freguesias identificadas, são fáceis de toda a gente identificar há três projetos que são menos óbvios, portanto eu pedia-lhe, numa maneira muito simples, não é para falar das candidaturas, é para falar do que significa o projeto. O que é o CICLOP7, o que é o HUB10 e o que é o PROARRÁBIDA, os outros todos têm nomes e toda a gente sabe onde ficam, basta com uma explicação simples todos percebemos o que é que estamos a falar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

CICLOP7, é um projeto intermunicipal que liga vários municípios através de uma rede ciclável, seja através de ecopistas, seja através de corredores partilhados ou segregados. No nosso concelho incide particularmente no prolongamento e conclusão da Ciclovia Poente a Pinhal Novo ligando ao concelho do Montijo. Em Aires há um troço já feito, consistes na ligação do troço feito no final da Avenida Lino dos Reis ao Padre Nabeto. Na Quinta do Anjo é um corredor que vai da zona da Cooperativa de Habitação, vai às Colinas, e volta, e tem um projeto de ligação pela Urbanização dos Kiwis até à zona da Serra. Nesta rede Clicável interliga-se também outras ligações de Aires a Setúbal etc., etc., mas isto são para fases posteriores e dependem também da atividade dos outros municípios e toca aqui várias freguesias como já foi possível perceber."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É só para percebermos genericamente o sentido do projeto."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O HUB10, Plataforma Humanizada de Conexão Territorial, visa melhorar a mobilidade e a acessibilidade numa zona à entrada do nosso concelho de confluência com quatro outros concelhos que têm projetos congéneres. Sesimbra faz a beneficiação da Estrada de Quinta do Conde até há rotunda que nós vamos fazer é entrada do nosso concelho da Penalva, que ali já é Setúbal, Sesimbra vai ligar a Setúbal, Setúbal liga a Palmela. Aliás uma das fases deste projeto já foi concluído, com um arruamento limítrofe a poente da zona Industrial de Vila Amélia, já foi executado este ano. Tem a ligação da Rua dos Fazendeiros ao Barreiro e para além da beneficiação da Estrada de Vila Amélia e da Estrada dos Quatro Castelos, não é uma simples repavimentação, tem zonas que leva também uma zona pedonal e clicável mista. No fundamental estes projetos visam ligar a interfaces intermodais rodoferroviários com ligações à estação da Penalva, isto chamasse HUB10 porque reverte na Nacional 10, que procurarão fazer também ligações à própria Estação de Coina, mas isso já é noutros municípios. Esta nossa intervenção acaba por estar articulada com Setúbal, Sesimbra, Barreiro e até com Seixal, mas essas são outras núpcias.

PRAARRÁBIDA - Janela da Arrábida, há quatro espaços a serem intervencionados. O Janela da Arrábida inclui a requalificação do Parque de Merendas de São Gonçalo, com um conjunto de sinalética, de informação turística, cultural, patrimonial; O Espaço Fortuna como grande janela de entrada na Arrábida, de acolhimento de visitantes, com vários serviços, BTT, pedestrianismo, exposições, sinalética; tem intervenções na zona de Chibanes e na Zona das Grutas de Quinta do Anjo, também com estruturas para visitação informação, conservação, tipo miradouros em determinadas zonas são estruturas que vão ser feitas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, não é preciso ir a esse detalhe, é só para percebermos o sentido do projeto."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem.

No CAFA - Castelo de Palmela, é uma intervenção que tem em vista sobretudo as acessibilidades ao Castelo, cidadãos com mobilidade reduzida é evidente que para ir até lá acima ao Castelo têm que ter apoio, têm que ir nas suas viaturas, mas se quiserem ir à Igreja de Santiago, ou à Casa Hermenegildo Capelo, ou à zona da Praça de Armas não conseguem fazer e é uma intervenção de valorização. Atenção que estas questões da acessibilidade tem a acessibilidade física, mas tem também questões de infoinclusão, é um projeto também para ir sendo faseado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente.

Muito obrigada pelos seus esclarecimentos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só ainda uma nota sobre a Carta Educativa, desde dois mil e nove, dois mil e dez que a bola está no lado do Ministério da Educação, e essas indicações estamos a aguardá-las há muito tempo.

No plano da discussão dos equipamentos, das salas da rede escolar a nossa posição tem sido aquela que eu transmiti ainda há pouco.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não vamos continuar sobre a Carta Educativa?

Não, oiça! A sua questão vai ser sobre esta proposta? Ou sobre a Carta Educativa?

Sim e qual era?

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sobre esta proposta.

O que eu procurei é qual é o tipo de tipologia de Escola que nós vamos ter em Águas de Moura, porque a Sra. Presidente da Assembleia sabe, melhor do que ninguém, que há um Centro Educativo proposto na Carta Educativa para Águas de Moura, aquela escola era para ser uma escola profissional a que está lá e era para albergar, não está em causa se é os Governos que têm que fazer Sra. Presidente o que está em causa é que está na Carta Educativa e vocês não podem desmentir isto, está lá, e dizia que a Escola do Poceirão eram dois Centros Educativos, optou-se por um tudo bem para receber as seis escolas, a Aroeira, o

Forninho, Lagoa do Calvo, inicialmente eram duas era na Lagoa do Calvo e no Poceirão dois Centros Educativos, para receber as seis escolas Poceirão, Lagameças e Asseiceira e esta era para o Bairro Margaça, para a Fonte Barreira, Fernando Pó e para Águas de Moura. O que eu questionei o Sr. Presidente é que tipo de Escola? Porque seiscentos e cinquenta mil euros mais o projeto, custou menos do que isso a do Poceirão e tem dez salas de aulas, diga só o projeto tem dez salas de aulas, tem cinco o que é que vai ser feito? Mais nada, não precisa de se irritar, porque isso está na Carta Educativa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia, não vamos continuar com a Carta Educativa.

Eu vou perguntar ao Sr. Presidente, se quer ou se pode adiantar mais alguma informação sobre este projeto desta Escola em concreto?

Mas não vamos discutir a Carta Educativa aqui."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza.

Sra. Presidente, vou procurar ver aqui o que é que aqui tenho sobre a Escola Básica de Águas de Moura.

Aquela Escola vai ser requalificada, os projetos de requalificação geralmente são quase tão dispendiosos quanto deitar a baixo e fazer de novo, mas eu creio que nós devemos respeitar também a traça e o plano centenário à semelhança do que temos feito até noutros equipamentos requalificando e mantendo a memória do lugar.

Em primeiro lugar não se justifica o conceito de Centro Educativo e muito menos com a valência de Escola Profissional, porque essas são exposições e projeções que não têm hoje acolhimento nem por parte do próprio Ministério da Educação porque é o Ministério da Educação que lá põe os professores Sr. Membro da Assembleia, e, sobretudo, é preciso ver qual é a densidade demográfica e quais são o número de alunos e aquilo que foi preparado para o local foi visto com a Comunidade Educativa, com os Professores, com os Docentes e com o Agrupamento e aquilo que ali vai acontecer é manter aquele número de salas de aulas. Então o senhor queria que construísse salas de aulas para ficarem vazias? Pois bem, isso já, tivemos muitas asneiras feitas por anteriores Governos, o que nós temos ali que fazer foi aquilo que a Comunidade Educativa nos solicitou, a Comunidade Escolar melhor dizendo para que se entenda.

Vai ter um refeitório, vai ter salas de professores, é uma tipologia básica de 1º Ciclo com refeitório, com Polivalente, com salas de apoio para apoios educativos especiais, com Biblioteca/Centro de Recursos e arranjos dos espaços exteriores, e é uma escola cinco estrelas e cujo programa preliminar foi aprovado pelos vários Órgãos da Escola e foi aplaudido como aquilo que é necessário para aquela comunidade e para o futuro.

É isto que posso dizer Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta?

Recordo que estamos perante a autorização prévia…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, falta só dizer que o Município não faz as escolas que quer, só. As escolas têm que ser aprovadas pelo Ministério da Educação, esta tipologia foi aprovada pelo Ministério da Educação que aliás

para a candidatura foi necessário levar essa aprovação, e o parecer, do próprio Ministério da Educação como era aquele equipamento que fazia falta, sob pena de não ter qualquer financiamento nem poder passar.

Era só este esclarecimento, só para percebermos melhor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, senhor.

Recordo que nós estamos neste momento a decidir, permitir à Câmara a vir a elaborar propostas de empréstimos a contratar para estas obras, é disto que estamos a falar.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, ponto nove."

PONTO NOVE – Autorização prévia nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso)

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente a proposta que trazemos hoje é uma proposta obrigatória, Autorização Prévia nos termos da Lei número oito de dois mil e doze, trata-se de permitir que a Câmara possa, em matéria de procedimentos contratação de empreitadas, fornecimento de bens e serviços, assumir estes compromissos plurianuais, e proceder à sua reprogramação, nos casos em que aqui estão referidos nas várias alíneas e até a um valor que não pode exceder os noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove vírgula cinquenta e oito euros, trazemos isto todos os anos desde que isto é obrigatório e, naturalmente, que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, qualquer ato desta natureza que seja praticado pela Câmara tem que vir ao conhecimento deste Órgão Deliberativo.

Disse."

O **Sr. Ricardo Lopes do PS** ausentou-se da sala pela uma hora e três minutos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Está claro? Não?

Sr. Membro da Assembleia Fernando Coelho."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"É só para informar que o Partido Socialista, após analisar esta proposta, tomou a decisão de votá-la favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Mais alguma intervenção? Não?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Última proposta, Sr. Presidente."

O **Sr. Ricardo Lopes do PS** retomou participação nos trabalhos pela uma hora e nove minutos.

PONTO DEZ – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quanto ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município, trata-se de uma alteração, desde logo tal como temos vindo a fazer neste Mandato, depois de fazer aí algumas reduções de taxas no Urbanismo, de incentivos ao investimento, entre outras, esta visa neste capítulo da redução incide sobretudo numa redução significativa da Taxa de Ocupação do Subsolo (TOS) cujo valor é, por força da lei, repercutido pelos operadores nas faturas dos consumidores, realidade que eu espero que seja alterada com a aprovação do próximo Orçamento de Estado.

Por outro lado, em consequência da aplicação sistemática e da avaliação constante pelos serviços, bem como da dinâmica própria dum regulamento, há aqui alterações necessárias com o intuito de clarificar e simplificar a aplicação de algumas disposições, conceitos e respetivo enquadramento, retificação de imprecisões e colmatação de algumas omissões.

Importa referir que as alterações propostas mantêm o respeito pelos princípios orientadores e métodos de cálculo assumidos na fundamentação económico-financeira, de acordo com a Lei de dois mil e dez, assim como princípios consagrados legalmente, e o princípio da justa repartição dos encargos, equivalência jurídica, e custo do serviço público local conjugado com o benefício auferido pelo particular.

Isto foi submetido a consulta pública, e apreciação pública, não houve quaisquer pronúncias, as fichas técnicas explicam de grosso modo quais são as melhorias nos capítulos do urbanismo e a fundamentação também da redução. A ficha técnica número dois inclui, no capítulo um, uma nova tarifa para cobrir despesas com o envio por correio de documentos solicitados por entidades e particulares. O valor da taxa toma em consideração os custos administrativos e os portes de correio. Na ficha técnica número três, trata-se de mera correção de redação da descrição da taxa referente ao licenciamento de atividade de guarda-noturno, passa a incluir a renovação da licença, anteriormente só referia licenciamento do exercício da

atividade. A ficha técnica número quatro, diversas correções propostas pela Divisão de Administração Urbanística a diversos artigos do Regulamento e da Tabela, trata-se de correções de erros ou lapsos adequação de propostas aprovadas, não mexe nos valores, correção de anomalias na sistematização das alíneas que foram verificadas depois em sede de publicação em Diário da República, pela Imprensa Nacional da Casa da Moeda, em suma não se tratam de verdadeiras alterações, mas sim de ligeiras correções.

Mais substancial a proposta referente à taxa de ocupação de subsolo que está na ficha técnica número um, esta Taxa está prevista no Regulamento de Taxas, visa cobrir os custos de utilização de espaço público pelas redes de gás, a cobrança é efetuada através dos prestadores de serviço, de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão do serviço público e distribuição regional de gás. O município à semelhança de outros municípios do País, tinha taxa para o efeito, a nossa taxa não era das mais elevadas, pelo contrário, contudo houve aqui fatores que penalizaram os utilizadores de gás natural no nosso concelho. Desde logo, o facto de serem cobrados milhares de metros de rede, porque temos um concelho muito extenso, a rede percorre vários quilómetros mas abastece poucos consumidores, são cerca de dez mil, e a fórmula que as empresas utilizam é o custo distribuído pelos consumidores, se tivéssemos muitos consumidores, se calhar, aquilo que apareceria lá na fatura era muito menos significativo. Nós tivemos esta preocupação, já trouxemos a este Órgão, e foi aprovado por unanimidade, uma redução de vinte e cinco por cento, já este mandato, na altura achávamos que isto era suficiente para diluir estes custos e não pesar tanto na fatura do consumidor. Entretanto houve outro aspeto que tem que ver com o momento da cobrança, em que no ano em que reduzimos, no ano seguinte as pessoas em vez de sentirem a diminuição sentiram um aumento, mas porquê? Porque a operadora fez repercutir taxas de anos anteriores e para tentarmos, digamos, equilibrar esta questão temos aqui mais uma proposta de redução que é na ordem dos cinquenta por cento.

Entretanto quero aqui referir um aspeto de natureza política que é fundamental, a nossa família política da maioria que governa a Câmara, e outros partidos aqui representados na Assembleia, há muito que vinham defendendo, desde a criação destas taxas na Assembleia da República, que à semelhança do que existe com outros fornecedores de bens e serviços, que esta taxa não deveria ser repercutida desta forma estando dependente da aprovação de órgãos autárquicos e na fatura dos contribuintes. Tem que ser diluída nos custos do serviço prestado é assim que acontece, quem tiver outro tipo de serviços não presta o serviço e diz agora está aqui mais "x" porque eu tenho este custo de ocupação de espaço público, ou de ocupação disto, ou de ocupação daquilo, e, portanto, esta tese demorou anos a vingar mas parece que no próximo Orçamento de Estado as operadoras vão ter de diluir isto nos seus custos de funcionamento e não penalizar o consumidor final com estas taxas.

Ainda assim, fica aqui, independentemente da votação final do Orçamento de Estado nestas matérias, o nosso compromisso de contribuir para que os munícipes não voltem a ser penalizados com um modelo de taxação que é penalizador no concelho pelo facto de termos muita rede que atravessa quilómetros e quilómetros no nosso concelho, até para chegar a outros concelhos também, mas depois temos poucos utilizadores e isto ao ser distribuído por todos, apesar de ter que ver também com o consumo dos metros cúbicos de gás, naturalmente, há utilizadores industriais, há utilizadores domésticos, os valores são diferentes, mas seja para a economia, para as empresas, seja para o consumidor, para as famílias, estava a ser, no nosso entender, pesado e algumas reclamações e críticas apesar de nós considerarmos que deviam de ser feitas era à operadora e a quem legislou neste sentido, faziam sentido e daí tentarmos ir ao encontro dos nossos munícipes com mais esta redução de mais cinquenta por cento nesta taxa.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões?

Partido Socialista tem a palavra, Sr. Membro Tiago Machete."

O **Sr. Tiago Machete do PS:**

"O Partido Socialista concorda com estas alterações, atualizações, e por isso o voto será favorável."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Mais alguma intervenção?

PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Tenho aqui umas, talvez, dúvidas que vou passar.

Efetivamente, quando aprovámos o anterior Regulamento, baseámo-nos de que a numeração estava correta, vimos agora ver aqui algumas correções, havia pontos que não estavam corretos e que o Sr. Presidente já referiu.

Contudo aqui em relação à alteração do número seis, licenciamento e exercício de atividade do guarda noturno, era a redação anterior, a redação proposta é Emissão/Renovação de Licença, portanto faltava a Renovação.

Agora há aqui uma parte que eu vi aqui o cálculo feito pelos técnicos, que é um aditamento à tabela no seu artigo número dois, capítulo um, número dezanove, que tem a ver com a expedição de documentos por correio normal em território nacional até quinhentas gramas inclusive de cinco euros ponto zero nove a cada munícipe, é isso? Cada vez que as pessoas fizerem um requerimento, lá têm que pagar logo com o requerimento além do que já pagam uma taxa adicional de cinco euros ponto zero e nove, pelos correios."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se quiserem o envio para casa, se quiserem vir levantar aos serviços não pagam nada, pagam só os custos de emissão do documento."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu vi aqui nos cálculos que é a ficha técnica número dois, em que está aqui um cálculo estimado para Auxiliar Administrativo de Expediente e depois Administrativo um ponto setenta e três, eu só gostava que me explicassem o que é que isto quer dizer mais pormenorizadamente. Para que chegaram aos treze euros e oitenta e oito, mais o respetivo selo que dá os cinco euros e noventa e nove por correspondência, não é?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vamos lá a ver, estes cálculos estão de acordo com a legislação que obriga a fundamentação económica ou financeira das taxas, em que para cada serviço se são mobilizados trabalhadores, quer quem faz o expediente, que transporta ou leva para a expedição, quer o Administrativo que também tem a responsabilidade de fazer toda a tramitação e envio, e isso é feito um cálculo pelo tempo de trabalho versus vencimento médio desse tipo trabalhador. Isso, enfim, está de certa forma vertido em todas as fórmulas de fundamentação de cada uma das taxas, há um custo de pessoal, há um custo de material, de consumíveis, e há um custo neste caso concreto até de uma tarifa que é exterior ao município que é o valor da expedição e selo e, portanto, chegamos a esse valor dessa forma, não lhe sei agora dizer se é um quarto de hora de trabalho, se é meia hora."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu só levantei a questão porque nas outras quando o Regulamento nos foi apresentado vinha mesmo a fórmula de cálculo, portanto, como esta não traz, suscitou-me esta dúvida."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas de uma maneira geral seguimos aqueles valores de acordo com o valor indexado para cada Assistente Operacional, para o Assistente Administrativo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, não há mais questões?

Então proponho a votação."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezasseis da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e dezassete minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete